

PORTUGAL *democrático*

* O "caso" Aquilino Ribeiro — pgs. 2 e 3

* Os deveres de um hospedeiro, por Carlos Lacerda — pg. 6

* Érico Veríssimo contra Salazar — pg. 8

* Delgado no Brasil, por Paulo de Castro — pg. 5

ANO III — N.º 24

SÃO PAULO, MAIO DE 1959

Cr\$ 3,00

O Brasil Recebeu Humberto Delgado Triunfalmente



Portugal Aguarda o seu Regresso ...

O escritor Aquilino Ribeiro perseguido pelo Governo de Salazar

Com a publicação de "Quando os Lobos Uivam", o escritor Aquilino Ribeiro acendeu, uma vez mais, as iras da onipotente censura salazarista, começando esta por proibir que os jornais portugueses fizessem qualquer referência ou crítica a esse romance. Apesar disso, a edição esgotou rapidamente. Entretanto, a inquisição proibiu que se reeditasse o romance do consagrado homem de letras português.

Aquilino Ribeiro não se conformou e energicamente protestou que lhe fizessem a justiça de prosseguir na tarefa em que tão brilhantemente se destacou, neste último meio século. Como resposta, o governo do sr. Salazar resolveu processar o escritor por "ultraje à magistratura". São esses protestos que a seguir publicamos, e que extraímos da edição de 12 de Abril do grande jornal brasileiro "O Estado de S. Paulo".

Não queremos, porém, deixar de transmitir ao escritor Aquilino Ribeiro a total solidariedade que neste momento, lhe hipotecamos os intelectuais e artistas portugueses, através de "Portugal Democrático", o único jornal lusitano que não é manchado pelo carimbo infame da censura. Quanto ao seu romance "Quando os Lobos Uivam", os nossos camaradas de redacção Adolfo Casais Monteiro e João Alves das Neves pronunciaram-se acerca dos seus inegáveis méritos literários. Anotamos ainda que sobre a mesma obra escreveram também Jaime Brasil ("Aquilino Ribeiro", in suplemento literário de "O Estado de S. Paulo", em 14 de Março findo) e Jaime Cortezão ("Quando os Lobos Uivam", edição de 5 de Abril de "O Estado de S. Paulo"). Igualmente registamos as referências que ao belo romance do autor de "Malhadinhas" fizeram o diário "A Tribuna", de Santos, e a revista "Anhembi".

"A ESPADA INÍQUA DO ESTADO NOVO"

Protestando contra o silêncio a que a censura salazarista reduziu "Quando os Lobos Uivam", Aquilino Ribeiro endereçou, em 24 de Fevereiro, a seguinte carta ao ministro da Presidência, dr. Teotónio Tenho 73 anos de idade e escrevi os livros de que me permito adicionar uma lista impressa, para que v. exa. possa fazer uma ideia, ainda que sumária, do que representa o meu esforço. Quando o chamado Estado Novo veio substituir o antigo Estado, em cujas leis, moral, clima político nasci e me formei, já eu passara pois o equador da vida e tinha realizado uma parte da obra. Quer dizer, a essa altura encontrava-me o Estado Novo integrado num corpo de doutrinas e princípios que constituíam a minha personalidade literária.

Compreende-se, portanto, que me mantivesse na linha que sempre foi a da minha conduta mental, não me deixando, mesmo que quisesse, penetrar de qualquer ideologia nascente. Para o compreender basta que se me não negue a qualidade, que é suma no escritor: carater, como escritor e, implicitamente, carater como cidadão. Estabelecida esta premissa, em que v. exa. há-de convir, nem se pergunta se era de supor que eu mudasse de conceitos, de visão, de objectividade, porque surgiu outra cartilha, outro credo, outros homens.

Isto vem a propósito, senhor ministro, de inqualificáveis sanções, de que agora fui advertido, tomadas contra o livro que ultimamente publiquei: "Quando os lobos uivam". Deu instruções a Mesa Censora — ou mais precisamente deram ordens os senhores capitães a quem foi confiado tal ministério — para que os jornais se abstivessem de o anunciar e de o discutir. Parece ainda que verbalmente se estendeu o Index à possibilidade de vir a reeditar-se. Ora, neste trabalho, senhor ministro, eu fui apenas o que sempre fui, igual a mim mesmo, e como não posso deixar de ser. Por isso, tão exorbitantes considero essas disposições, tão espessas e lesivas dos meus direitos fundamentais, que eu não posso crê-las do conhecimento de v. exa. que viu nas nações por onde transitou como certas imunidades civicas intangíveis, fora de debate, pelo consenso de todos preservadas de agravo e impoluição, que nem que se tratasse do seu próprio sangue arterial de póos civilizados.

Prejudicado, pois, nos meus legítimos interesses ofendidos nas

minhas prerrogativas, venho apelar, senhor ministro, para o seu foro. Eu vivo da pena. A pena foi sempre para mim mister e sacerdocio. Escrevo como me pede o entendimento e segundo o meu critério de liberdade, condição de que não abdicio por ser o modo de me realizar, como aliás todo o artista, que se preza, ao serviço da arte. Se é certo que a literatura, em tanto que forma de atividade superior, exercida, já se deixa ver, com honra e timbre, enaltece o País, é o seu espelho e adorno através dos tempos, como noto que inculcam os compendios por que se aprende nas escolas do próprio Estado Novo, em vez de usar de recalamentos e humilhações para com ela, porque se não facilita a sua expansão? Terá que apagar-se de todo essa luz na casa lusitana?

Insurjo-me contra a prepotência de que o meu livro está a ser objecto, convicto, tanto mais, de que se pratica às espaldas de v. exa. e das Estancias Superiores. Sem as franquias elementares respectivas ser-me-ia impossível — e outro tanto dirá qualquer homem de letras — prosseguir numa obra que, além de ser o meu ganha-pão, julgo ter jus, que mais não seja pelo volume, ao respeito daqueles que não pensam como e me me encontraram já à banca quando surgiram de senhores e mandantes. protesto que mais uma vez desça sobre mim a espada iníqua do chamado Estado Novo. Já não é pouco que, por acinte para com o escritor, eu fôsse excluído do rol dos funcionários reintegrados quando foi promulgada a lei em consequência, pertencendo eu ao quadro dos efectivos.

Confio, senhor ministro, que se digne mandar levantar a quarentena de silêncio, com suas outras reservas, vilipendiosas para nós todos, a fim de que se não renove aqui, embora diminuto em lugar e personagens, o caso Pasternak. Mas pois que uma voz se verberou tal violência, considere v. exa. quanto é legítimo e me afoite trazer aqui o meu recurso contra esta nova forma de lazareto.

Esperando que se digne obter-me, e dar-me o mais breve resposta condicente com a sua alta compreensão, subscrevo-me"...

EXPRESSAR-SE SEM LIMITAÇÕES...

Em resposta, o dr. Pedro Teotónio Pereira enviou, em 27 de fevereiro a seguinte carta a Aquilino Ribeiro:

"Recebi a carta de v. exa. com data de 24 do corrente. Já tinha lido o prefácio do livro "Quando os lobos uivam", e devo dizer que fiquei sinceramente com a impressão de que v. exa. tinha podido expressar-se sem limitações de qualquer especie.

Transmiti aos serviços competentes a parte da carta de v. exa. em que se formulam reparos que julguei de atender.

Muito atenciosamente me subscrevo"...

"HÁ 30 ANOS NO FUNDO DUMA CISTERNA"...

A carta do ministro da Presidência, replicou o escritor, em 9 de março, nos termos seguintes:

"Perdoe, senhor Ministro, em nome do *sine fine discentes* de todas as coisas deste mundo, que eu volte ao meu caso. Quando eu me preparava, em face da carta de V. Exa., por mim interpretada como uma aceitação das minhas razões, para ir deixar-lhe o meu bilhete de agradecimento, eis que o senhor Dr. Quesada Pastor, a quem me dirigi, tendo eu sido informado que era quem superintendia nos serviços da Censura, me comunicou *mutatis mutandis*:

— O senhor Ministro deu ordens para que seja levantada a quarentena nos jornais relativamente ao seu livro... Quanto à reimpressão, S. Exa. põe certas reservas. Aquele prefácio...

Respondi às vozes reticentes e, diga-se, extremamente curiais do Sr. Dr. Quesada Pastor, que uma coisa sem a outra não me interessava. A liberdade de crítica, a menos de flagrante facciosismo, esta-va aliás adquirida desde que o jornal situacionista *Diário da Manhã* trouxe o livro para a plana da discussão, bolçando nele toda a sua fé e insidiosa diatribe, a ponto de apresentar o texto desarticulado e

incorreto, senão propositadamente truncado. De resto, que poderia eu dizer à imprensa — solicitado para uma entrevista pelo *Diário de Lisboa*, outra pela Agência ANI, ainda uma terceira por certa agência estrangeira, creio que a Reuter — que não desencadeasse o lapis dos senhores censores ao aludir, pois que inevitavelmente tinha que aludir, ao interdito da reedição?

Pareceu-me entreluzir nas palavras trocadas com o Dr. Quesada Pastor ao telefone que, prestando-me a rever o preambulo, seria permitido desembaraçar-se o livro do lazareto.

Mas seria razoável que eu o fizesse? Repito aqui os argumentos alegados em contrário e que visam, repito, à suposta observação daquele senhor, 1.º seria uma falta de cortesia para com a pessoa a quem o livro é consagrado, figura da maior respeitabilidade do nosso meio, 2.º poderia parecer de minha parte um ato de puro mercantilismo, pois que, a título de preservar os réditos de autor, iria retaliar o meu pensamento, 3.º, representaria uma abdição, indigna do meu carater e que, análise feita, nem honra quem a faz nem quem obriga a fazê-la.

De modo que eu venho apelar para a sua boa vontade, espirito de coerencia, e mais que tudo *fair play de gentleman*, no empenho de pôr termo a uma questão que se torna irritante, ridicula pelo inverossimil, e que eu tenho evitando e quero evitar de trazer a publico. Não me cabe na cabeça, e por isso insisto pela minha liberdade de escritor e dos meus escritos, que uma literatura o mais inconforme que se possa imaginar, mas honesta, com base na arte, possa causar abalo, para não dizer desmancho, na estrutura de qualquer Estado. Será a do Estado Novo tão melindrosa, tão quebradiça, que sofra como telhado de vidro se lhe atiram uma pedra? Pelo menos não creio V. Exa. que está a uma das alavancas do poder.

E mal pecado para o poder se assim fosse. O poder, no nosso tempo, tem de aguentar-se nestes maremotos da opinião, justa, injusta, sofrida e insofrida, dissonante em suma. Mas isso só vem robustecê-lo. E' como o vento que sacode a árvore, a faz vergar, e tem a virtude de abalar a terra em torno do tronco e das raízes por onde se lhe infiltra o oxigênio vivificador. Tentar criar em volta do poder uma atmosfera faraônica de imobilidade, que não podia deixar de tornar-se salitrosa e letifera, seria contraproducente sob o ponto de vista do verdadeiro nacionalismo, se não redundasse em perfeito absurdo perante tudo o que o progresso trouxe de intercomunicação e anseio universal. Nem mesmo um clima medieval de obediência é possível. Os estadistas têm de contar com ser discutidos, ventilados, incompreendidos tantas vezes, julgados precipitadamente, mesmo menoscabados nos seus propósitos, até que justiça lhes seja feita ou reconhecidos seus méritos.

V. Exa., que é um homem viajado e culto, sabe-o muito bem e não leve a mal que eu, com os dias cheios, tenha, entre outros vícios do entendimento, este de ensinar o padre-nosso ao vigário. E' pergunte eu: Que mal há que um homem forte, verdadeiramente esclarecido, patriota, consciente do que fez, seguro nos seus atos, seja tema de mil juizos contrários? O poder, repito, hoje em dia, exerce-se, por toda a parte, no tumulto, controvérsia e até confusão. Não me persuado que V. Exas. pretendam governar num ambiente de catatumba. Para uma nação ser livre, ter personalidade, avaliar do que tem a fazer, que rumo seguir, qual é o seu interesse imediato e no futuro, é necessário, em tal complexo que, antes de mais nada, o poder seja uma escola de civismo, isto é que faça cidadãos. Se suprime o cidadão, atendendo só ao vegetativo, fica a carneirada, a grex ou grei no seu genuíno significado. Uma relicce humana.

Livros como os meus não fazem mal a ninguém, estou em julgá-lo. Quem faz mal ao país e, implicitamente ao poder, são os escritos de louvaminha e adulação. Nestes é que está o imoral e principio de corruptibilidade. Os escritos quando são sinceros, exatos, pertinentes, exercem sempre uma ação profilática. Se o não são, e apenas

se confinam ao papel de detratores e zoilos, o que dizem cai por si ou seu eco não deita abaixo nem muitas muralhas de Jericó.

Pelo que respeita ao livro *Quando os lobos uivam*, não será irrisorios de todos que se lhe instaurar neste seculo do livre exame um processo antiquado e anacronico de censura, com as sanções respectivas de silêncio e mordaza? E a que pretexto? Quando eu digo: *Vivemos há trinta anos no fundo duma cisterna: andamos com grilhões nos pulsos*; ou *aquilato de iníqua e estúpida tal e tal disposição oficial*, emito um conceito de natureza particular. Está no ambito das minhas prerrogativas de pensante. Se é verdade o que afirmo, que se me pode acoiimar? Se alguém disser que o casamento lhe trouxe grilhões aos pulsos, atenta contra o justo decoro do matrimonio e principio de honorabilidade de sua esposa? Se no que diz há algum fundamento encolhem quando muito os ombros; se não há, rir-se-ão, ao desenfado. Mas por tão pouco, levam-no ao tribunal? Infilgem-lhe alguma pena? Pede o divorcio a senhora inculcada como causadora do cativoiro?

Se digo metaforicamente que vivemos há trinta anos no fundo duma cisterna, e trazemos grilhões nos pulsos, é porque existe, quanto a mim, alguma coisa que no meu país provocou um estado de sensibilidade que me leva a preferir tal conceito. A minha sensibilidade anda desregulada? Pois confina-se à minha zona de imunidades o alcance de tal improprio. Que vivemos há trinta anos no fundo duma cisterna etc., etc. não me custa a declarar que não disso estou eu convicto. Com efeito, seria afrontoso formular sequer que o cre e não tente safar-nos do fundo da cisterna e não tente romper os grilhões dos nossos pulsos, se no-los vê trazer, sendo pessoa séria e bem intencionada e que visa apenas ao bem da nação e dos individuos. Se a sua moral é inatacavel em si, é por isso, porque tem base na sinceridade. Mas a minha, a contrária, é igualmente respeitável porque não é menos sincera, e portanto com direito a expressar as suas legítimas exigencias. — Mas é lesiva da razão do Estado — poder-se-á objectar. Que inocencia, de fenomeno tão futil depender uma causa de tal magnitude!

De resto, o fato de eu estar aqui neste momento, a justificar-me, arvorado em queixoso, não está a confirmar a razão daquele meu conceito individual, isto é, do postulado da minha ética de escritor que "andamos com grilhões nos pulsos"? Será outra coisa esta minha posição? Não é bem claro que o eu ter de apresentar a minha defesa e v. exa. dar audiência a tão longa e fastidiosa requisitoria, corrobora inofismavelmente a quele aserto?

Senhor ministro, há uma planta-forma em que sempre nos encontramos, embora cada um venha dos antipodas no mundo das idéias ou da politica: no bom senso e na nossa condição de portugueses, que já em si, na mais alta solidariedade, é bem fragil. Nesta não haverá precisão de nos fazermos sinal; naquele julgo também que não será difícil o entendimento. Roguei ao senhor Quesada Pastor que não quisesse ter mais tarde ressaibos de consciencia, sendo conivente num ato, não digo antiinteligencia, porque seria guindar-me a uma altitude de presunção, mas de desinteligencia, recalçando a voz e os direitos dum pobre escritor português, desprotegido de todos, a esbracejar há quase cinquenta anos. Aqui reitero, com toda a sinceridade e esperança de que se me faça justiça, as mesmas palavras que julgo de congraçamento necessario e duma sensatez que a v. exa., como está comprovado, de certo não falta".

ESCRITOR HA MEIO SEculo

Apesar das veladas decisões, à questão não foi dado qualquer andamento. Assim, Aquilino Ribeiro, em 19 de março, escreveu ao diretor dos Serviços de Censura, dr. Quesada Pastor:

"Logo que me foi possível levantar-me duma pequena doença, que me reteve alguns dias de cama, estranhando a falta de resposta à minha carta de 9 dirigida ao sr. ministro da Presidência, o meu primeiro cuidado foi inquirir da Livraria Editora se não havia

qualquer comunicação dos Serviços da Censura quanto à faculdade de reeditar-se o livro *Quando os lobos uivam*. Não havia. Insisti para que tentassem obter desse Ministério qualquer despacho. Foi-me respondido dois dias depois que não houvera maneira, não obstante a insistência mais tenaz, de obter ligação, telefônica com v. exa. como superintendente na Censura à Imprensa, ligação pedida quer em nome da Casa, quer em meu nome. V. exa. por um lamentável e continuo azar estava ora ausente, ora em conferencia, ora atendia Fulano e Beltrão, ora acabava de sair dos locais.

— Telefonaram para os Serviços da Censura na Calçada da Glória — tornei eu.

Telefonaram, como lhes incumbia.

— Não, não há novas instruções a respeito do livro dêsse senhor. Se houvesse, te-las-íamos transmitido imediatamente à Livraria.

— Mas o sr. ministro da Presidência escreveu...

— O sr. ministro tinha-me escrito *ipsis verbis*: "Transmiti aos Serviços competentes a parte da carta de v. exa. em que se formulam reservas que julguei de atender".

— Ignoramos.

Que devo concluir, quando v. exa. me havia informado, para meu governo, que da frase em questão se devia deduzir que fora levantada a quarentena que pesava sobre o livro quanto à sua publicidade na imprensa?

Que v. exas. me tolham do exercicio das liberdades mais fundamentais, respeitadas hoje em dia em qualquer plús menos civilizado do mundo, e me esbulhem do meu pão, que posso eu opor? Agora que me torne objeto de ludibrio e me vexem, protesto em nome da dignidade da pessoa humana, que vejo tantas vezes arvorada em deusa pela moral reinante, em nome dos meus detestáveis cabelos brancos e do meu improprio trabalho de escritor durante quase cinquenta anos!

Este assunto, pois que se trata de *Lobos*, levar-me-ia à licantropia aguda se eu não fôsse, em contra dos autos, a pessoa mais terra a terra de Portugal. Mas para poupar incómodos à encarregada do P. B. X. da Presidência, rogo mais uma vez a v. exa. se digne dar-me uma resposta, se resposta tem a dar. Caso contrário, a partir de amanhã 20, considero a minha deprecada como definitivamente arrumada, a decisão do sr. ministro quanto ao levantamento da censura que pesava sobre a publicidade do livro como sem efeito, e *ipso facto* peço licença para me ter como liberto dos melindres que me inibiam de fazer do meu caso questão aberta. Sou"...

QUANDO FALA O CENSOR...

A resposta que o diretor da Censura enviou, em 20 de março, ao romancista reza, textualmente:

Tendo presente a carta de v. exa. datada de ontem, e sem atender em certas passagens da mesma carta dispensáveis para a sua compreensão, apresso-me a confirmar o que já telefonicamente lhe referi, isto é, que em devido tempo, foi determinado que não haveria embargo, decretado pelos Serviços de Censura, a que a Imprensa fizesse alusão ou publicidade ao seu livro *"Quando os Lobos Uivam"*.

No que toca ao mais por v. exa. solicitado a sua exa. o ministro da presidência, lamento dizer-lhe não ser possível dar-lhe deferimento. Na verdade, estando pendente na Policia Judiciária um processo de instrução preparatória em que v. exa. é arguido de infração cometida através da publicação do livro que referi — não tem justificação alterar, no sentido que pediu, a decisão do antigo diretor dos Serviços de Censura, e contra o qual v. exa. reclamou. Muito atenciosamente", etc.

"JULGUEM-ME E DEIXEM-ME VIVER!"

Finalmente, em 21 de março, o escritor Aquilino Ribeiro respondeu ao inquisidor-mor de Salazar com a seguinte carta:

"Não me conformo. Eu a imaginar o senhor ministro das Corporações a romper pela minha casa a dentro e pregar-me na lapela a medalha de velho trabalhador como a qualquer bom corticeiro ou

empregado da Carris, que dobrou o cabo dos setenta, e eis que me acenam com um processo! Por que não a Penitenciária? E lembrar-me eu que Colette, que compôs a écloga dos vícios mais aberrantes, está no Pantheon; que Sartre, comunista, cobriu as esquinas de Paris com os cartazes da *Putain respectueuse*, e ninguém lhe rasgou; que François Mauriac, inimigo implacável da atual situação, dos seus *Ultras* e da guerra da Argélia, foi galardoado por de Gaulle com a grã-cruz da Legião de Honra; que o grupo dos Cinco Jovens Furiosos, Colin Wilson à frente, pôde escrever, e não se levantou nenhuma pedra no *Hyde Park*; *É preciso acabar com a Côte de St. James e mandar essas simpáticas senhoras mungir as vacas para uma granja*, — e o menos irreverente e mais pataqueiro dos escritores, moralão, três dimensões, quase as três virtudes teológicas, correr o risco de ir parar na cadeia!? Triste sina a da terra em que se nasce! E por que?! Porque não digo amem sempre que os senhores do Estado Novo oficial, porque não reneguei dos meus erros de democrata, porque não abduco de todo da minha condição de europeu nato e criado no século do livre exame, repugnando-me crer que fora de África existam ainda sobrados. Mas não é que a nossa terra ameaça derivar para um retinto e grotesco sobrado, sem o que seria inverossímil que se mostrasse tão intolerante e melindrosamente doentia, perante a crítica mais ligeira ou conceito pejorativo, essa fantástica susceptibilidade que agora se encabritou contra mim?!

Pois venha de lá o processo e *ira bien qui rira le dernier*. Na qualidade de sócio efetivo da Academia das Ciências, terei de chamar para que me abonem os modestos serviços prestados às letras, como antecâmara do meu comportamento moral, o sr. arcebispo de Évora, e drs. Julio Dantas e Augusto de Castro, meus eminentes confrades — somos quatro na classe de Ciências Filosóficas e Belas Letras. Depois, os meus camaradas da Sociedade dos Escritores, de que fui o primeiro presidente, desde os homens de cabelos brancos aos mais bisonhos, solicité-os também a depor se alguma vez faltei a deontologia profissional ou desonei o mestre. Teremos uma farsa, ou antes paródia, género Pasternak, que se a mim me envergonhar será menos como réu do que por ser a nossa

terra o teatro onde foi possível representar-se.

Que perspectivas! Já um humorista dizia, com adequado pitoresco, se bem que diminuta graça, acidentalmente ao corrente deste caso: "O que, já os Lobos uivam à porta do Pastor!?" Não, os lobos não uivam à porta de v. exa. Eu pedi-lhe para ser o meu advogado junto do sr. ministro da presidência e reitere aqui a minha instância. Em apoio pergunto: se têm de me julgar, é razoável que comecem por me aplicar sanções? Antes que seja lido o acórdão, que já eu purgue uma pena? Que lei é essa!? Que justiça é essa?!

Esfolem-me, matem-me, mandem-me para o Tarrafal, mas primeiro julguem-me e deixem-me viver. Por outra, a crítica do livro sem o seu livre curso compreende-se? Quando a cornucopia dos adjetivos, tão entornadiga entre nós, se despejar sobre o livro, não ficaria a bradar aos céus a violência da censura? Não é absurdo que o livro seja discutido e se não encontre ao alcance de quem o procure? Não seria contraproducente? Não seria a mais flagrante das incoerências? Não seria contraproducente? Não seria a mais flagrante das incoerências? Não seria criar o apetite morbido do fruto proibido?

Sejamos lógicos e, sendo-o é quanto basta para que me seja dada razão. Se v. exa. é leitor de Rabelais deve lembrar-se daquele rachador, a quem a machada saltou das mãos para o pego. Ali rompeu ele num grande berreiro: "Jupiter, rends-moi ma cognée! Ma cognée!" Tanto gritou o pobre que atrou o Olimpo:

— Que diabo está a esportear aquele sujeitinho? — perguntou o pai dos deuses, desenfadado.

Informaram-no e Jupiter deu ordens:

— Entreguem lá o machado ao homem!

Pois, sr. dr. Quesada Pastor, tenha a bondade de levar mais uma vez a minha deprecada às instâncias superiores, ao sr. dr. Teotónio Pereira ou, mais acima, ao sr. dr. Oliveira Salazar — e restituam-me a minha *cognée*, que lhes fica a propósito na envolta dos perdões da Semana Santa, e morre aqui o incidente. Se não, que remédio, bradarei até o fim do mundo.

Sou de v."... etc.

"Quando os lobos uivam"

Adolfo Casais Monteiro

Aquilino Ribeiro é suficientemente conhecido no Brasil para dispensar qualquer "apresentação"; não gosto de arrombar portas abertas, e toda gente sabe que ele é um mestre da prosa portuguesa, um dos grandes escritores do nosso tempo, e lhe devemos alguns romances, novelas e contos dignos de perdurar enquanto a nossa língua perdure. Estando isso fora de questão, já me parece contudo necessário notar que Aquilino, tanto quanto sei, se manteve até hoje de certo modo alheio aos problemas mais prementes da realidade portuguesa; mesmo quando, sob um ou outro aspecto, parecerá abordá-los, isto é, fizera do presente o cenário das suas obras de ficção, nós, seus contemporâneos mais novos, e que "vivíamos" essa realidade, tínhamos a impressão de que ele continuava "fechado" no mundo que acabara com o advento da ditadura. Certa ou errada, esta era uma atitude comum, e que não prejudicava aliás o alto conceito em que o grande escritor era tido. Ora eis que a publicação de *Quando os lobos uivam* vem criar uma perspectiva inesperada, e nos dá a mais grata surpresa possível: porque o novo romance de Aquilino é, sem favor, a melhor expressão até hoje surgida no romance do drama criado, independentemente dos conflitos de ordem política, pela imposição do salazarismo às comunidades rurais. É um romance que, pela verdade das situações, se torna um tremendo libelo. É um panfleto, de ser tão verídico.

Embora em breves linhas, não quero deixar de assinalar a significação de, chegado aos 73 anos, ter um romancista o vigor mental, e o poder criador que revela esta obra, superando, até, limitações que a idade, em vez de eliminar, costuma agravar. E quero crer que este como que rejuvenescimento da sua arte se deve, primordialmente, ao fato de ele ter encontrado, na própria realidade social, aquele momento agudo de crise que faz dos montanhese da serra dos Milhafres a própria expressão dum povo inteiro e do seu conflito com o poder disciplinar da própria encarnação de reivindicações políticas que eles ignoram, e nem seriam capazes de consciencializar.

Esta "conjunção" não era necessária para Aquilino Ribeiro "encontrar" a gente da serra, pois que ela

traz" a gente da serra, pois que ela foi sempre o seu grande tema. Mas foi necessária para o levar a escrever um romance em que os casos, o pitoresco, o romanesco, são dominados pela força determinante dum luta coletiva pela subsistência, em que "a serra" em peso é conduzida a lutar contra o poder na defesa, já nem sequer de "direitos", mas de necessidades vitais. O Estado Novo fez de Aquilino Ribeiro um "romancista social", e não vai de certo tardar a chamar-lhe, se não chamou já, perigoso comunista...

Parece que o grande escritor está sendo processado por ofensas à magistratura. Com efeito, um dos momentos culminantes do livro é o julgamento dos serranos, arrastados até à barra dum tribunal disciplinar por se terem "atrevido" a defrontar as arbitrariedades do poder numa sublevação espontânea que o tribunal quer, a toda a força caracterizar como obra de comunistas. E o Estado Novo não perdoará ao maior prosador português que tenha posto o seu admirável estilo "ao serviço" da verdade, descrevendo, com extraordinário poder de evocação, todo o decorrer do julgamento, que é o próprio retrato da moral e da justiça salazarista em toda a sua descarada e repugnante falsificação de todos os valores.

Ai estão os amigos do povo, os regeneradores das tradições, ai estão os que vieram salvar Portugal da "desordem": ai está a verdadeira face do regime e da cega violência, da estúpida violência, querendo acorrentar os orgulhosos serranos a um plano que, sendo bom nos seus presumíveis frutos — o reforestamento da serra — se torna péssimo por ser levado a cabo como se o povo não existisse, e na mais total indiferença pelo que lhe suceda quando a serra deixar de lhes dar os seus pequenos contributos à miséria que tradicionalmente o aflige.

Só um grande escritor como Aquilino podia abalançar-se a fazer, sem risco de demagogia, e sem o perigo do simplismo que esprieta a ficção deste generoso, este retrato dum povo e dos seus algozes, que vale por um tratado, pois ali estão todos os elementos para quem pretenda dar-se conta do que é o "paternalismo" salazarista, tão apregoadado pelo mundo fora. Eis o povo, e eis os representantes da sua justiça; é assim mesmo que o Estado Novo julga: "sabendo" de antemão aquilo que finge procurar no decurso do julgamento, tendo dado a sentença antes de ouvir réus e testemunhas. E eu bem o posso confirmar, que fui um dia condenado depois de o promotor ter declarado a respeito de alguns dos réus, entre os quais eu me contava, nada ter encontrado que permitisse acusar-nos. E era um major...

A cada página de *Quando os lobos uivam* revivi a minha experiência, que não é de serrano, mas de

homem da cidade; com efeito, cada português pode reconhecer ali o que, não sofreu, viu, e, caso não tenha visto, ouviu contar. Mas o que, pelo menos, todos os portugueses sentem no ar, essa garra prestes a filá-los quando não se mostram dispostos a servir a corrupção governamental, a ajudar a mentira organizada para maior glória do Sr. Salazar e companhia.

Os lobos, os lobos verdadeiros do romance de Aquilino, são muito mais humanos do que os juizes. E os "homens lobos do homem" que serviram de modelo a Aquilino para a sua galeria de julgadores devem ter sentido essa hostigada, que talvez nem sequer tenha sido intencional. Mas por que, então não são os juizes tal e tal que processam individualmente o romancista, já que os retratos são de tal maneira individualizados? Porque todos os juizes que pectuam no crime de julgar daquela maneira não podem deixar de se sentir atingidos; porque é a "injustiça" do Estado Novo que está no banco dos réus, nas páginas de *Quando os lobos uivam*.

O que está em acusação no romance de Aquilino não é apenas o sistema judiciário do Estado Novo. O que surge à vista é a total indiferença do regime perante as necessidades mais elementares dos serranos; depois de os ter deixado entregues à sua sorte sem escolas, sem obras sociais de qualquer espécie, só dá conta da sua existência para os aniquilar, para lhes tirar, além da sua liberdade de serranos, o quase nada que a montanha ainda lhes dava. Isto é: o Estado só dá conta de que a serra existe para fazer uma obra de espanto, e nesse momento não é para o povo que a realiza, mas para a sua idiota vaidade de embelezar a fachada, para embasbacar o mundo, enquanto a miséria alastra por sua própria obra e graça.

Tudo isto tem sido dito, e não é novidade. Mas nenhum romancista erguera ainda um quadro tão completo, nem com tal poder de evocação, como "Quando os lobos uivam". Nenhum romancista poderá ainda, deve acrescentar-se, mesmo sem o talento de Aquilino, abalançar-se a tal obra, pois só o enorme prestígio de Aquilino explica que a publicação do livro tenha sido possível. Resta saber se o Sr. Salazar continua a conceder-lhe a categoria de "grande escritor", e se irá ser sua testemunha de defesa, quando ele comparecer à barra dum tribunal... Deve ser triste, para o ditador, que o romancista, na sua ingratidão, não fique apenas na história da literatura como o genial autor do "Malhadinhas". É, estranha contradição: esta nova faceta da sua obra é, afinal, uma verdadeira "obra do Estado Novo"...

(De "O Estado de S. Paulo" de 19-4-1955)

Aquilino Ribeiro e a Dignidade das Letras

Por JOÃO ALVES DAS NEVES

Acabamos de ler o último romance, "Quando os Lobos Uivam" (1), de Aquilino Ribeiro exactamente no dia em que as agências telegráficas anunciam o pronunciamiento do grande escritor "por ultraje à magistratura" do seu país. Para aqueles que têm acompanhado de perto a vida intelectual portuguesa, nestes trinta anos mais próximos, a medida não surpreende, pois vem apenas ilustrar quão ilusório é o direito à expressão da liberdade criadora de que dispõem os artistas de Portugal. Trata-se, simplesmente, de mais um caso...

"Quando os Lobos Uivam" aparece com uma longa dedicatória ao Prof. Dr. Francisco Pulido Valente, afastado há anos da cátedra que pelo seu esforço conquistara na Faculdade de Medicina de Lisboa, por ter cometido o "crime" de proclamar a dignidade da condição humana de que não querem abdicar os portugueses. Escreveu Aquilino nessa dedicatória: "Apartado tão estúpida como iniquamente da cátedra, Pulido Valente que criou em Medicina uma moral superior, e é certo que na vida das relações outra, a da vera e combativa dignidade humana, continuou fora da escola a sua obra maravilhosa". E o escritor remata com as seguintes palavras: "Pulido Valente é ainda o homem de sã conselho e rectilíneo proceder no plano social. Nesta hora, em que andamos todos com grilhões nos pulsos fique o seu nome como o de Hermes no marco miliário da estrada e a legenda: adiante, e consideremos que para chegar a bom termo da viagem é preciso ser livres!"

Não há dúvida que tal introdução deve ter causado engulhos. Aliás, o romance propriamente dito não peca nas páginas adiante pela hesitação nem pelo medo. Todo ele é um hino em louvor do homem português que desespera-

da e, por vezes, inconscientemente luta, tentando quebrar esses grilhões que não estão só nos braços, pois lhe seguram também a língua, limitam e confundem o pensamento, marcando-lhe as próprias pulsações do coração e os passos que deve caminhar. Romance de candente atualidade, ainda, descendo até às raízes de uma questão que alvoroçou as populações serranas, desvendando, assim, uma das peças do gigantesco processo em que ficaram envolvidos, voluntária e involuntariamente, todos os portugueses.

Aquilino Ribeiro nada inventou neste "Quando os Lobos Uivam". A matéria de que usou romanesadamente foi arrancá-la à realidade. E uma das muitas histórias vividas por aqueles que estiveram ligados ao propagandeado plano de arborização florestal que, em suma, consistia, no seguinte: as serras que circundavam as aldeias e que pertenciam a todos sem que fossem propriedade de ninguém, passaram a constituir patrimônio do Estado; deste modo se privaram os habitantes dos terrenos que tinham usufruído durante séculos, e onde esses habitantes apresentavam os seus rebanhos de ovelhas e de cabras, onde cortavam as árvores para erguer casas pobres e para alimentar o fogo nas longas noites de inverno, e aonde encontravam por acréscimo os magros adubos necessários ao cultivo das pequenas leiras que produzem o milho, a batata, o feijão, o azeite, o vinho...

Pois o Estado resolveu aproveitar essas terras. Mas o que podia transformar-se numa fonte de renda que a todos beneficiasse, em face dos métodos implacáveis utilizados; reduziu à mais completa miséria as aldeias incluídas na "arborização". Com efeito, não se curou de saber que as gentes tinham de continuar vivendo, que o plano, para ser de interesse na-

cional, devia forçosamente levar em conta as aspirações dos povos, que o progresso, por mais benéfico que seja, não pode inaugurar-se com asfixias em massa pela fome. Porque os seus direitos não foram, como era humanamente justo, tomados em atenção, os povos serranos não raro se alevantaram, de armas na mão, para correr os ladrões que se apresentavam com o aval do Estado. O sangue correu em aldeias diversas de Portugal — e isto não é o romance de Aquilino Ribeiro, mas os acontecimentos reais de que não informaram para o estrangeiro as agências de notícias...

Esta é a história que se vê romanesadamente em "Quando os Lobos Uivam". Chegaram, um dia, à serra os funcionários do Estado, prontos a tudo devastar, sob a proteção dos soldados do regime, de fusil na posição de atirar. Os povos amotinaram-se, protestando, os soldados dispararam, mortos e feridos salpicaram de sangue a terra que por séculos imensos tinham pisado livremente. A polícia política interveio a seguir, prendendo uma dúzia de entre os que haviam protestado. No julgamento que se seguiu, concluíram os acusadores que eram, todos, "perigosos comunistas". (Também neste ponto, o romancista não fugiu à linha do realismo: é norma, em Portugal, acusar de "comunismo" todo aquele que, consciente ou inconscientemente, protesta contra as expropriações do governo fascista, e visto que o regime condena, por decretos, a atividade comunista, qualquer indivíduo que caia nas malhas da "gestapo" lusa pode, deste modo, ser "legalmente" condenado por "manifestações subversivas"). A um dos "réus" que figuram no livro acusa-se ainda de outro crime — o de ter vivido no Brasil (!), conforme se observa nesta breve passagem (Continua na pg. 6).

Impede-nos a falta de espaço de transcrever um comunicado que o Comitê dos Intelectuais Portugueses enviou à imprensa carioca e paulista no dia 21 de abril para desmentir as falsidades contidas numa nota da embaixada portuguesa em que procurava justificar o ostensivo policiamento montado em volta da embaixada do Brasil em Lisboa com o argumento fantasista de que a PIDE está instalada no mesmo edifício.

Não é, infelizmente, a primeira vez que o sr. Farrajota Rocheta, embaixador do governo fascista de Lisboa vem publicamente advogar causas em que se encontra comprometida a sinistra Gestapo lusa. Recentemente ainda, o diplomata em questão depois de definir o general Humberto Delgado como um provocador de incidentes tentou atabalhoada e inútilmente negar a existência do agente Viseu, da PIDE, cuja ficha foi, aliás, posteriormente divulgada no Brasil por Roberto das Neves. S. exa., cuja presença no Rio de Janeiro foi durante alguns meses o mais discreta possível, volta agora a terreiro de uma forma ainda mais lamentável. O fato é importante pois envolve uma tomada de posição definitiva. Não ignoram todos quantos trabalham neste jornal que notas como as citadas vêm muito provavelmente redigidas de Lisboa. O papel do representante do sr. Salazar é modesto, consistindo apenas em apor a sua assinatura a tais documentos. Mas nem por isso é menos surpre-

dente que um homem como o sr. Rocheta, que na sua mocidade chegou a liderar greves académicas contra o salazarismo, tenha evoluído tanto que desça hoje à baixela de assumir publicamente a defesa de uma corporação culpada de inúmeros crimes contra a humanidade. Ante o que lhe exigiam, s. exa. tinha apenas um caminho: apresentar a sua demissão! Não o fez porém. Escolheu a solução da facilidade, prestando-se a desempenhar as tarefas inomináveis que lhe exigiam. Registamos a sua atitude, que não o dignifica nem como homem, nem como diplomata.

Ataques ao bispo do Porto

D. António Ferreira, o bispo que corajosamente disse a Salazar o que pensava do seu abjecto regime e que, por isso mesmo, se tornou o mais popular de todos os prelados portugueses, foi recentemente vítima dos mais torpes ataques, por parte do jornal "A Voz", de Lisboa, o diário luso que é, sem dúvida, o menos lido e o menos conceituado de entre os que se publicam em nosso País. Não espantam os ataques de "A Voz", que tem como diretor um padre renegado, o sr. Pedro Correia Marques, e por redator-principal esse fantoche polícia salazarista de nome Dutra Faria, também diretor da "ANI".

Delgado no Brasil com passaporte para a liberdade

RIO DE JANEIRO, 21 (Dos nossos enviados especiais) — Bandeiras de Portugal e do Brasil tremulavam há longas horas no aeroporto do Galeão, quando o "DC-7C" da "Panair" desceu, na hora exata: 12h45. Os portugueses vivem intensamente cada segundo que passa. O General aparece, as bandeiras são freneticamente agitadas enquanto um só grito se repete e confunde, interminável: Portugal! Delgado! Brasil! Liberdade!

Os operadores do cinema e da televisão filmam, os "flashes" das máquinas fotográficas crepitam, a multidão de microfones aproxima-se do General. As bandeiras continuam esvoaçando, verdes e vermelhas, verdes e amarelas, o grito permanece, desde as varandas do aeroporto onde os portugueses se aglomeram até às escadas do avião. O "Homem sem Medo" sorri, entretanto, faz um gesto largo, não tem palavras para responder aos jornalistas, repete apenas as palavras "Brasil! Portugal! Liberdade!", enquanto lágrimas ardentes lhe descem pelo rosto...

Um mar humano cerca e aperta, quase esmaga o líder magnífico dos Portugueses Livres. Pedem os repórteres uma

palavra, querem os portugueses um abraço do seu Chefe. A polícia protege o General. Ao sair da pista, os gritos regressam e ficam no ar, por largos minutos. Emocionados, muitos portugueses choram, lágrimas que são de agradecimento à Pátria fraterna e de alegria por verem finalmente liberto o seu Chefe incontestável.

É com dificuldade que o General entra no automóvel que o deve conduzir ao hotel. Os portugueses não param de ovacionar Humberto Delgado, alguns conseguem apertar-lhe as mãos que o líder levanta e todos o aclamam, sentida e vibrantemente. O Homem que abalou os alicerces do mais ignominioso regime que, até hoje, pesou sobre os portugueses segue, finalmente, em direcção à cidade, escoltado por centenas de automóveis: as bandeiras não deixam de ser agitadas com vibração, e pelas artérias principais do Rio de Janeiro os aplausos a Humberto Delgado não param, tanto dos portugueses que o acompanham como da população que assiste ao desfile do cortejo.

O General detém-se, por cerca de um quarto de hora, no "Diário de Notícias". Só então alguns dos portugueses que, no

Brasil, tem combatido, por todos os meios, a ditadura salazarista, ao mesmo tempo que vêm esclarecendo a opinião pública do Brasil e do Mundo acerca da realidade portuguesa, podem abraçar o seu Chefe: membros do Comité dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão, tanto de São Paulo como do Rio de Janeiro, abraçam comovidamente o líder do "Movimento Nacional Independente", assim como os diretores da "Associação Humberto Delgado", com sede na capital brasileira. Mas toda a gente, centenas de portugueses que se comprimem na sala de redacção do "Diário de Notícias", procura abraçar o General.

É por entre vivas e palmas que Humberto Delgado abandona o edifício do grande matutino carioca, a caminho do Hotel Glória, onde deve instalar-se provisoriamente. Nova manifestação se verifica à entrada do hotel — e um grupo de populares leva, em triunfo, o Presidente eleito dos Portugueses. Ovações intermináveis, abraços, vivas e palmas. Delgado despede-se.

"AGRADEÇO AO BRASIL"

Num dos grandes salões do Hotel Glória, o líder da oposição anti-salazarista diz aos jornalistas que está ao seu dispor. Eis o que Humberto Delgado declarou, na sua conferência com a imprensa, segundo o "Diário de Notícias":

"Quando a questão caiu num período de modorra, num compasso de espera, como se diz por aqui — disse ontem no Hotel Glória o general Delgado — surgiu a figura moça, enérgica e decidida de João Dantas. Não foi ele a explosão que liquidou o caso, mas foi certamente ele o rastilho que a causou. Esse jornalista veio trazer a eferescência e a ebulição que se tornavam indispensáveis ao desfecho de um caso que já se prolongava demais.

— Devo também agradecer — prosseguiu o general — aos embaixadores Alvaro Lins e Mendes Viana, que mostraram tanta bravura e nobreza, virilidade e habilidade em conduzir as negociações que me trouxeram para o vosso convívio. E não posso menos de ser profundamente grato ao presidente Kubitschek, "pela forma varonil, nobre, humana e brasileira" com que subscreveu a atuação do embaixador Alvaro Lins nessa grave conjuntura.

O general Delgado revelou que o governo português tentou suborná-lo logo após as eleições de junho, para que não prosseguisse em suas atividades políticas, e nesse sentido lhe ofereceu o que ele chamou "a sinecura de um curso de ciências económicas no estrangeiro", com o que lhe seriam pagos, a título de gratificação, 40 contos portugueses (cerca de 200 mil cruzeiros), quatro vezes mais do que ganhava como general da ativa.

— É esse o governo português de hoje — disse o general Delgado — um governo como podem ver, corrupto e corruptor.

— A minha negativa em aceitar o oferecimento foi o ponto de partida de uma série de represálias. Castigado disciplinarmente, fui depois excluído da ativa, ficando assim exposto a todos os castigos a que estão sujeitos os cidadãos portugueses que não se afinam com o poder central do regime.

Para comprovar o regime de cerceamento das liberdades que se instalou em Portugal, exibiu uma carta violada pela polícia salazarista que fora dirigida pelo "New York Times" à sua mulher. Mostrando o local da violação no envelope, grosseiramente colado com uma fita adesiva.

A instâncias de amigos, refugiou-se na Embaixada do Brasil. Nesse momento foi interrompido: "O sr. é apontado como o principal responsável pelo impasse que se verificou em Lisboa", perguntou um repórter, enfática e incisivamente, respondeu Delgado:

"O embaixador pode se sentir obrigado a aceitar a palavra do governo português, eu é que não estou obrigado!"

O sr. João Ribeiro Dantas, ao ser indagado sobre a sua atividade no caso Delgado, como principal intermediário nas gestões finais que apressaram o desfecho da questão, escusou-se a dar qualquer declaração, afirmando que a pessoa mais indicada era, sem dúvida, o ministro Negrão de Lima, titular da pasta do Exterior. Antes de concluir a entrevista, saudando o Brasil com um viva, o general Humberto Delgado disse que era ainda incerta a data que marcaria o fim da ditadura de Salazar. Poderia estar por meses, dias, ou horas...

Acertou, em tom de "blague", que se dispusera logo àquele primeiro contacto com a imprensa porque não gostaria de ser acordado todas as noites pelos jornalistas brasileiros. Porém fugiu prontamente a explicações sobre como se processaram as demarques para a sua retirada do território português. O general Delgado confessou que, apesar de ser um homem vivo e viajado, nunca tivera emoção igual à do seu desembarque no Rio".

O Congresso aplaude

Não foi apenas a opinião pública (e a Imprensa, que dessa opinião é, no Brasil democrático, o seu fiel reflexo) que reagiu favoravelmente à chegada do General Humberto Delgado ao Rio de Janeiro. Com efeito, a esmagadora maioria do Povo Brasileiro exprimiu iniludivelmente a sua satisfação pelo fato de o líder democrático de Portugal ter abandonado a embaixada do país amigo e fraterno onde se refugiara sem que a sua dignidade pudesse ter sido, de perto ou de longe, diminuída. E pôde acrescentar-se que Delgado saiu exatamente como queria, graças à inteligente atuação dos diplomatas brasileiros, dentre os quais deve destacar-se a do Embaixador Alvaro Lins.

Congratulado-se com o feliz desfecho da "questão", o sr. Vitorino Freire declarou, no Senado, que, uma vez ainda, o Itamarati agiu com inteligência e firmeza, no prosseguimento de uma tradição democrática que só honra o Brasil.

Entretanto, na Câmara dos Deputados Federal, o sr. Neiva Moreira, que em oportunidades diversas tem manifestado claramente o seu interesse por Portugal, fez a seguinte comunicação:

"Sr. presidente, o "impasse" originado do asilo do general Humberto Delgado na Embaixada do Brasil em Portugal foi resolvido de maneira a preservar o alto sentido da política de fraternidade entre o Brasil e Portugal.

O general Delgado já se encontra no Rio de Janeiro fruindo o ambiente de liberdade do regime democrático em nosso País.

Quero congratular-me com o Governo brasileiro e com os portugueses por este feliz desfecho

que poderia ter sido apressado, se outros métodos de ação tivessem sido usados desde o início pela diplomacia brasileira.

A missão do eminente brasileiro, embaixador Mendes Viana, levou a Portugal não apenas o ponto de vista do Ministério das Relações Exteriores, mas sobretudo o alto interesse do povo brasileiro por uma solução que resguardasse a fraternal e histórica amizade dos nossos dois países. Outros brasileiros participaram da solução feliz deste problema, embora não pertencendo aos quadros da diplomacia brasileira, como é o caso do jornalista João Portela Dantas, mas levaram a um problema que era sobretudo da comunidade luso-brasileira, a contribuição do seu interesse e da sua boa vontade.

Quero, portanto, deixar consignado nosso entusiasmo, nossa alegria por esta grande solução, pela qual se bateu corajosamente o embaixador Alvaro Lins que se manteve intransigentemente em defesa da tradição diplomática brasileira, quanto ao direito de asilo.

Por outro lado, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, o vereador sr. Sales Neto propôs um voto de congratulações pela chegada do General Delgado ao Brasil, proposta que foi aprovada por unanimidade.

SÃO PAULO POR DELGADO

Na sessão de 22 do corrente, a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, diversos deputados manifestaram-se o seu regozijo pela chegada do líder da Democracia Portuguesa ao Brasil.

O sr. Murilo Souza Reis (outro grande amigo de Portugal) saudou-o como o legítimo representante do povo português, prestando-lhe suas homenagens.

Propôs o sr. Geraldo Martins a inserção em ata de um voto de boas-vindas ao ilustre democrata, congratulando-se com todos os portugueses pelo feliz desfecho do chamado caso Delgado.

O sr. Cid Franco justificou requerimento propondo um voto de louvor ao ilustre filho de Portugal, pela sua luta em prol da redemocratização de seu país.

Outros deputados salientaram ainda o significado da luta antiditatorial que vem sendo conduzida pelo General Delgado.

No dia seguinte, os deputados paulistas aprovaram e inseriram na acta um voto de louvor ao General Humberto Delgado, "pela sua luta em prol da redemocratização de Portugal".

AOS LEITORES DE "PORTUGAL DEMOCRÁTICO"

Remetem cada vez maior número de exemplares do nosso jornal para Portugal e seu Ultramar. Mandem-nos mais nomes de novos assinantes. Fundem grupos de "Amigos do PORTUGAL DEMOCRÁTICO" e ajudem-nos, por todos os meios, nesta missão em que todos nos empenhamos para libertar a Pátria das garras da ditadura.

Prestigiemos o Presidente-eleito de Portugal

O chamado "caso Delgado", cujo desfecho anunciávamos como iminente em nosso último número, resolveu-se da forma prevista, isto é com toda a honra para o chefe da oposição portuguesa. Ante a firmeza da atitude do Itamarati, o Sr. Salazar acabou por ceder em toda a linha. O general saiu da embaixada brasileira para o aeroporto exatamente como nela entrou: de cabeça levantada. S. Excia. manteve-se fiel às suas declarações da primeira hora: não se submeteu a quaisquer formalidades vexatorias e deixou a residência do embaixador Alvaro Lins para se dirigir diretamente, e sob proteção da bandeira brasileira, ao avião que o havia de conduzir ao Rio de Janeiro.

Ao governo do Sr. Salazar ficou apenas uma magra consolidação: a de ter impedido, mercê do sigilo que rodeou a partida, que Humberto Delgado tivesse a recepção grandiosa que os portugueses do Brasil lhe queriam prestar. Consolação efêmera, convenhamos, pois apenas conseguiu adiar as homenagens da colônia ao homem que ela considera como Presidente-eleito de Portugal. As centenas de pessoas que no Rio, avisadas à última hora, acorreram a receber o líder da oposição, serão muitos milhares em São Paulo. Por muito que isso pese ao Sr. Salazar, a capital bandeirante, berço da independência do Brasil e da resistência portuguesa neste grande País, acolherá em triunfo o Homem sem Medo. De Congonhas ao hotel Jaraguá, Humberto Delgado, símbolo das virtudes e do espírito de insubmissão da grei lusitana, atravessará a cidade entre aplausos vibrantes, sentindo à sua volta o carinho e a admiração de portugueses e brasileiros.

De uma coisa pode estar certo o ditador: a visita a São Paulo de Humberto Delgado, presidente-eleito de Portugal, ficará a assinalar o início de uma nova fase na luta pacífica mas implacável que nós, resistentes do Brasil, vimos movendo ao salazarismo. A colônia tem doravante o chefe que lhe faltava. Há ainda pessoas que resistem a aceitar a evidência, a compreender que o regime está moribundo. Certo. Mas o processo do Estado corporativo está feito. Agora meia dúzia de desprezíveis plutocratas do Rio de Janeiro, o português do Brasil, do grande comerciante ao homem da rua, apercebe-se clara ou confusamente de que na hora que passa, ser patriota é prestigiar o oficial que afrontou corajosamente a máquina da ditadura. Humberto Delgado lutou e sofreu para restituir a Portugal a dignidade e a liberdade perdidas. Compete agora aos 800.000 portugueses do Brasil, ajudá-lo na dura tarefa que se propôs levar a bom termo. Muito difícil? Não: muito fácil. Importa que todos se coloquem a seu lado. Apenas isso. Será uma luta discreta — até porque o nosso primeiro dever é respeitar a hospitalidade brasileira — mas terrivelmente eficaz.

A verdade indelmentível é que o anti-salazarismo se transformou nesta grande nação em onda avassaladora. Todos os dias nos chegam novas adesões. A notícia da visita a São Paulo de Humberto Delgado foi a gota de água que fez transbordar a taça dos sentimentos recalçados. Chegou o momento de todos se definirem. E têm sido felizmente muitos os que errados durante longos anos, saem do seu indiferentismo colaborante para, insensíveis às pressões de uma embaixada que tem à sua frente um homem que envergonha o nome de Portugal, oferecer os seus préstimos à Comissão Organizadora da visita. Ao procederem assim provam que são autênticos e visceralmente portugueses.

Renunciam voluntariamente às honrarias, aos sorrisos e às comendas do Sr. Salazar para prestigiarem o soldado admirável que encarna hoje a alma da pátria escravizada e humilhada. Bem hajam.

Ser português em 1959 é estar com Humberto Delgado, contra Salazar da mesma forma que em 1640, na alvorada da Libertação, eram verdadeiramente portugueses os que estavam com o Duque de Bragança contra Felipe de Habsburgo.



— Mas, Seo Manuel, você não era do Craveiro?
— Não, eu sou patriota; sou de todos os generais portugueses.
(Do "Diário da Noite", propriedade do Sr. Chateaubriand)

DELGADO NO BRASIL

Por PAULO DE CASTRO

A comunidade luso-brasileira venceu uma das suas mais duras provas e manteve-se graças à vinda do general Humberto Delgado para o Brasil; Salazar viu desfeitas as suas pretensões de humilhar o candidato da oposição à Presidência da República ou de o recuperar para o esmagar pela perseguição e o sofrimento; o povo português tem hoje a certeza de que o seu líder está protegido e a salvo; e o povo brasileiro honra-se por ter na sua terra um amigo, um oficial distinto, um cidadão exemplar e exemplar chefe de família e de estreitar os laços aqui nas ruas desta capital com a estadista que legitimamente será o presidente do país amigo e irmão.

No meio de tôdas as perplexidades e hesitações um homem atravessou, por sua iniciativa, o Atlântico e, apoiado pelo melhor do Brasil e da diplomacia brasileira, trouxe consigo o general Humberto Delgado, mais uma vez demonstrando que a comunidade entre os dois povos não é apenas uma obra de governos, mas uma expressão de pessoas que a desejam servir como a serviu o diretor deste jornal, resolvendo em poucas horas o que se arrastava por meses e meses, de inquietação e de perigos.

Sem objetivos políticos, o ter conseguido trazer o general Humberto Delgado, quebrando as imposições do ditador português, constitui na verdade uma vitória da democracia luso-brasileira. O fato a que agora assistimos é demasiado transcendente para ser avaliado em tôdas as suas benéficas consequências, mas desde já pode afirmar-se que a vinda do general Humberto Delgado para o Brasil é um impulso dado à luta do povo português pela democracia, uma derrota do ditador, uma vitória dos dois povos e um elemento de tranquilidade para a colônia portuguesa que entre nós vive, trabalha e segue com inquietação a atitude do governo de Lisboa.

Nesta crise o amor do povo português ao Brasil atingiu um grau ao mesmo tempo mais elevado e mais profundo; o Brasil afirmou a sua afeição por Portugal, a comunidade luso-brasileira demonstrou a sua importância e também novos vetores. Só um ditador foi derrotado, porque tentou contrariar o sentido da História e o valor do sentimento porque pretendeu agrihoar ou amesquinhar um homem colocado sob a bandeira do Brasil democrático e livre.

Não importa o mau humor dos que desejavam entregar o general Humberto Delgado a Salazar, dos mercenários ou dos cúmplices ou simplesmente dos que, não tendo tido a iniciativa, a força e a audácia de o trazer para o Brasil, mastigam a inveja e a transformam em insolência contra o embaixador Alvaro Lins ou em advertências que mais não são do que ameaças veladas ao ilustre oficial português. Quem não teme Salazar dificilmente pode temer gestos de enfado ou críticas, mal ocultando frustrações ou ódios menos à colônia portuguesa do que reais ou hipotéticos benefícios a receber por mal receberem o general Humberto Delgado. O general sabe situar-se dentro das normas do Brasil e não cabe a simples particulares lembranças ou acentuá-las.

O candidato à Presidência da República portuguesa, e mais que provável futuro presidente do seu país, está hoje sob a proteção dos homens do governo que confirmaram ao embaixador Alvaro Lins a exatidão da sua conduta ao dar-lhe asilo em Lisboa; está sob a proteção do Congresso e da imprensa democrática; está sob a proteção do povo brasileiro. E a opinião pública mundial está hoje de olhos postos no Brasil, glorificando o nosso gesto ao darmos a proteção da nossa bandeira ao general Humberto Delgado. O Brasil salvou Delgado, Delgado proporcionou ao Brasil um grande momento de afirmação internacional. Os ideais de liberdade das Américas que foram, durante muito tempo, apenas um pretexto para lances de retórica campanuda, ganharam com o asilo ao general Humberto Delgado uma realidade, uma credibilidade, um sentido atuante e dignificante.

Pretender por qualquer forma mal receber ou mal conceber a presença do general Humberto Delgado, é ferir, além da hospitalidade, os compromissos do Brasil, os princípios do nosso regime. Há 30 anos os portugueses salazaristas têm afirmado, em voz alta, em prosa e verso o seu salazarismo; chegou a vez de um estadista da maior responsabilidade poder afirmar o seu anti-salazarismo. E tarde agora para pretender dizer-se ou impor-se por manobras de "abaixo-assinados" que não se fale em política portuguesa no Brasil.

A oligarquia da colônia fica desde já avisada que qualquer manobra contra o general Humberto Delgado, direta ou indiretamente

conduzida, encontrará a mais frontal repulsa dos democratas brasileiros. Essa cúpula da colônia, que não deve ser confundida com a imensa, laboriosa e fraterna colônia portuguesa do Brasil, impediu que fosse enviado um simples pedido a Salazar para conceder, em nome da comunidade luso-brasileira, o salvo-conduto ao general Humberto Delgado. A comunidade luso-brasileira não lhe interessa mas apenas servir a Salazar. A nós interessa-nos essa comunidade, e por isso nos interessa a presença do general Humberto Delgado, genuína expressão do povo português, dos seus ideais democráticos e do seu amor ao Brasil.

(Do "Diário de Notícias")

Uma vez mais a "ANI" mentiu

Em telegrama enviado para o Brasil, a desclassificada agência do sr. Dutra Faria atribuiu ao dr. Ribeiro Dantas, diretor do "Diário de Notícias", do Rio, a declaração de que ele-próprio "quebraria a máquina do fotógrafo que se atrevesse a bater uma chapa no momento da partida do General", quando o líder dos Portugueses Livres saísse de Lisboa.

A Associação dos Repórteres Fotográficos cariocas solicitou ao dr. Ribeiro Dantas, que desmentisse tal afirmação. O diretor do "Diário de Notícias" esclareceu que, durante a sua permanência em Portugal, não fez quaisquer declarações aos jornalistas.

Deste modo, os fotógrafos cariocas vão remeter o seu protesto à Sociedade Interamericana de Imprensa a fim de que esta condene as mentiras da "ANI". Desta vez, a questão pôde ser levantada publicamente; quanto ao futuro, podem os associados da "UPI" em Lisboa ter a certeza de que, no fim da sangrenta noite salazarista, os jornalistas portugueses não-de pedir-lhes severas contas pelos abusos cometidos durante o regime fascista que, entretanto, agoniza.

LEITOR DE PORTUGAL

Cópia à máquina o artigo de que mais gostares e envia-o aos teus amigos.

Não deu para mais...

Os leitores do "PORTUGAL DEMOCRÁTICO", particularmente os do outro lado do Atlântico, não-de ter estranhado, talvez, que este jornal se não referisse a nenhum dos cinco artigos do Sr. Assis Chateaubriand sobre o caso do general Delgado. Não o fizemos, porém, por dois motivos: Primeira porque estávamos absolutamente convencidos (e não nos enganamos) de que os artigos daquele senhor iriam ter larga repercussão na imprensa portuguesa, dispensando, por isso mesmo, toda e qualquer alusão da nossa parte; a preocupação do "PORTUGAL DEMOCRÁTICO" é dar publicidade, exatamente, ao que a imprensa portuguesa cala cobardemente. Em segundo lugar, entendemos não comentar nem refutar as afirmações do jornalista para nos não furtarmos ao prazer de os vermos refutados por ele próprio. Só quem desconheça totalmente a versatibilidade do jornalista Assis Chateaubriand podia esperar que fosse além de cinco artigos a perseverança na defesa da tese salazarista. Ha quem diga que essa defesa acabou exatamente no ponto em que o autor dos artigos se deu por quite dos milhões que recebeu. Claro que os antecedentes do Sr. Chateaubriand nos não consentem dar ouvidos a tal maledicência... Mas, interessara ou gratuita, não temos por muito sólida e convicta uma atitude que em tão pouco tempo se transforma.

É verdade que o Sr. Assis Chateaubriand não se desdiz inteiramente no artigo que escreve agora. Mas para quem conheça bem os seus processos, aquela "Auto-Crítica" ou "mea culpa" que ele formula no seu jornal de domingo ("Diário de S. Paulo" — 19-4-959) é clara indicação de que se prepara para passar para o lado oposto com armas e bagagens.

Permitimo-nos, desta vez, transcreever algumas frases do referido jornalista, porque estamos persuadidos de que elas não terão na imprensa portuguesa o mesmo aco-

lhimento que os cinco artigos tiveram. Diz S. Excia... Perdão: antes, convém esclarecer que, dois dias antes de publicar sua "Auto Crítica", o Sr. Assis Chateaubriand teve o cuidado de preparar a "atmosfera" com um comentário à "Xanxada do governo português". Nesse comentário, o diretor dos Diários Associados não esconde o despeito que lhe causa o fato de a solução do caso do general ter sido entregue a um outro jornalista brasileiro por quem nutre a mais insopitada antipatia. E na impossibilidade de evitar o rumo impróprio ao problema, chama de "melancólico" ao fim das negociações e acha que o "governo português se coloca numa falsa posição" e muito mal "perante o governo do Brasil e os brasileiros", ao concordar com uma "solução de xanxada".

Parecerá, à primeira vista, que o Sr. Assis Chateaubriand lamenta que o problema não tenha a "respeitável solução" que o governo português lhe pretendia dar. Mas não. O que S. Excia. pretendeu, apenas, foi preparar o ambiente para o artigo que publicaria dois dias depois e no qual, carpindo-se dos seus erros, promete, para o futuro, tomar juízo. Embora tarde, o Sr. Assis Chateaubriand reconhece ter errado. Aceita humildemente as reprimendas do seu chefe e confessa não desejar que uma atitude como a sua se generalize no Itamarati. Diz o jornalista-embaixador: "Solicitei ao meu ministro tôdas as escusas pelo erro que perpetrei, dando com ele um exemplo deplorável aos jovens das carreiras".

Enfim, o Sr. Assis Chateaubriand concorda haver necessidade de disciplina hierárquica, obediência aos regulamentos, etc., etc. O que trocado por minutos, quer apenas significar: "Tem paciência, Salazar, mas o meu frete acabou. Desculpa se o não desempenhei como esperavas. Mas, franqueza franquezinha, as condições do contrato não davam para fazer mais..."

Aos assinantes da Venezuela

Comunicamos aos assinantes da Venezuela que todos os assuntos referentes ao nosso jornal, incluindo a renovação de assinaturas, reclamações, donativos, sugestões, etc. devem ser tratados por intermédio do nosso representante em Caracas, Sr. Dr. Jorge Silveira, Apartado Correos 3826.

Portugal Democrático

REDAÇÃO

Rua Conselheiro Furtado, 191
Sala 2 — Caixa Postal 5294
São Paulo

Diretor-Responsável:

OTAVIO MARTINS DE MOURA

EXPEDIENTE

Dias uteis: das 19 às 22 horas
Sábado: das 15 às 18 horas

Assin. especial ... 100,00
Número avulso ... 3,00

A todos os assinantes de "Portugal Democrático", quer do Brasil, quer de Portugal ou do estrangeiro, solicitamos que mandem pagar suas assinaturas em débito com toda a urgência.



O primeiro sorriso de Delgado ao pisar, finalmente, a terra da liberdade.

Repressão: Perspectiva política de Salazar

Quais são as características atuais da situação política portuguesa? Que possibilidades tem, Salazar, de se manter no poder?

A estas questões de importância primordial, afluindo nos lábios de alguns e constituindo a preocupação, mais ou menos difusa, de todos, urge darmos resposta a mais precisa e clara.

Entendendo por Povo Português não só as camadas mais prejudicadas e desprotegidas, formadas pelos trabalhadores e assalariados, mas também a pequena e média burguesia e a burguesia não monopolista, os intelectuais, a Igreja e, enfim, as forças armadas, podemos constatar que a grande maioria do Povo está, hoje, decidida e activamente na oposição ao regime salazarista.

Esta permissão é já indiscutível. Fatos os mais variados a provam, desde as grandes manifestações populares da campanha presidencial em 1958, às greves políticas, às manifestações dos estudantes e intelectuais, aos pronunciamentos das autoridades eclesiásticas e militares. Tudo é unânime em um ponto — O SALAZARISMO E O SEU CHEFE SALAZAR DEVEM DESAPARECER DA VIDA POLÍTICA PORTUGUESA.

Se Salazar e os salazaristas fossem capazes de ouvir a voz unânime da Nação portuguesa teriam aproveitado a grande, a brilhante oportunidade das últimas eleições. Sem a burla eleitoral, sem a grosseira falsificação da contagem dos votos, sem os métodos fraudulentos usados pelo salazarismo, teria sido possível ao candidato gen. Delgado sair vencedor, não só de fato, mas de direito.

Esta possibilidade de uma saída constitucional e mesmo airosa, impediu-a Salazar, recorrendo à força repressiva. Daqui uma segunda permissão se impõe: SALAZAR E O SALAZARISMO NÃO CEDEM A VONTADE EXPRESSA UNÂNIME E ORDEIRAMENTE PELO POVO, NÃO SAIRÃO DE BOA VONTADE, SÓ SAIRÃO — EXPULSOS.

O acolhimento que as embaixadas em Lisboa dão a refugiados políticos e as notícias que a imprensa mundial divulga sobre o verdadeiro carácter de Salazar, (será sempre insuficiente o destaque que dermos aos nossos amigos brasileiros e à imprensa do Brasil), mostram que o falso prestígio internacional e a não menos falsa cappa de paternalismo se desfez, ruiu. Restam, é verdade, algumas dúvidas aqui e além, mas são tão só dúvidas. Daqui uma terceira permissão: O MITO DE SALAZAR PARA EXPORTAÇÃO DESFEZ-SE e de hoje em diante é a oposição que pode beneficiar do apoio internacional que o conhecimento da luta de libertação anti-salazarista lhe grangeia na imprensa e nos movimentos democráticos em todo o mundo.

Nestas três premissas residem as respostas às perguntas formuladas. Em primeiro lugar, as perspectivas políticas são muito favoráveis ao derrubamento do salazarismo. De fato, estando a Nação contra Salazar, estando este reduzido ao apoio de meia dúzia, apoio mais feito do medo da mudança do que da certeza de continuidade, estando desfeito o seu falso prestígio internacional, só resta à oposição, unindo-se, converter em realidade os anseios de luta da maioria, isto é, correspondendo ao desejo comum — demissão de Salazar — desenvolver a luta que, sob as mais variadas formas, crie o necessário ambiente revolucionário e torne insustentável a manutenção do ditador.

Em segundo lugar, podemos concluir que, tanto tempo quanto Salazar ainda se mantiver no poder, apoiar-se-á na repressão e daí a necessidade de desmascarar os crimes da polícia e dos "tribunais" salazaristas e de intensificar a luta contra a repressão — ÚLTIMA PERSPECTIVA POLÍTICA DE SALAZAR.

A nossa ação nem sempre se tem destacado neste campo, e, sendo este um dos aspectos fundamentais da atual situação política portuguesa, é, sem dúvida, aquele onde a nossa ajuda poderá ser mais eficaz e valiosa.

Durante o mês de Abril começaram a ser julgados no "tribunal plenário" de Lisboa, um dos tais "tribunais", 100 habitantes da aldeia do Couço e 50 de Montemor-o-Novo. Estes 150 homens e mulheres estão presos desde Julho passado. Acusados de quê? Não sabemos qual a acusação pre-

cisa que lhe fará o "tribunal" mas conhecemos os fatos.

Em Junho passado, os camponeses e demais população das citadas regiões protestaram contra a burla eleitoral, puzeram-se em greve, depois exigiram que lhes fosse dado trabalho e que o mesmo lhes fosse pago com salários compensadores. Que respondeu Salazar? Enviou a Pide e a G. N. R. — metralhou, ameaçou, encerrou as emprêsas. Um trabalhador, de nome, José Adelino dos Santos, caiu para sempre, muitos outros ficaram feridos e 150 foram levados presos para Lisboa e metidos em Caxias, em casa-matas, que as salas estão cheias até à porta. Depois começou o processo do costume. Visitas dos familiares proibidas, longos interrogatórios, violências, estatuas, espancamentos. Era preciso que confessassem qualquer coisa — um crime, atentado contra a segurança do Estado.

Desta feita era difícil — 150 homens e mulheres simples que tudo o que tinham feito era exigir eleições sérias e depois trabalho para os seus braços.

Repito — não sei que acusação lhes será feita, mas, depois de oito meses de prisão arbitrária e de violências sem nome, serão julgados e talvez condenados.

E nós?, nós que fazemos? As maneiras de protestar, ao nosso alcance, são as mais variadas: ainda existem embaixadas e

consulados de Salazar — protestemos, existem jornais para os quais não há censura — protestemos, existem associações de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão — protestemos, existem o rádio e a televisão — protestemos, existem associações de juristas — protestemos, existem associações sindicais — protestemos, existem comités de intelectuais pró liberdade de imprensa — protestemos, existem associações da colônia portuguesa — protestemos, existe salazarismo em Portugal — protestemos.

E que dizer deste outro aspecto não menos importante? — Nós, que sem nos sobrar dinheiro o temos para o fundamental e mesmo para o supérfluo, que ajuda damos para a defesa dos presos políticos ou para auxiliar as suas famílias? Nós, nós esperamos, não sei bem, talvez a queda de Salazar, para depois gritarmos bem alto os seus crimes e a glória da "nossa" vitória.

Ainda há pouco, um preso político, um patriota, de nome, Manuel Guedes, foi condenado, após a pena cumprida, a mais três anos de "medidas de segurança". O argumento para o "tribunal" que o condenou em mais esses três anos foi o fato de não ter família! Leram ou ouviram algum protesto? É preciso que esta situação acabe — é urgente.

PROTESTEMOS.
Augusto Ribeiro Gomes

Os deveres de um hospedeiro

Carlos Lacerda

Permitiu-se "O Globo", ontem, em editorial de primeira página, lembrar ao general Humberto Delgado os seus deveres de hospedeiro do Brasil. Esses deveres consistem, segundo "O Globo", em não combater o governo português nem causar-lhe dificuldades.

Segundo essa estranha teoria da hospitalidade o hospedeiro não tem propriamente deveres com quem o acolhe e sim, exatamente, com quem o expelle. Assim, o general Humberto Delgado, pelo fato de ser hospedeiro do Brasil, não poderia dizer o que pensa do governo português.

É o caso de lembrar o "O Globo" os deveres do anfitrião.

Respeitar a opinião e os desejos, afinal razoáveis do seu hospedeiro, é o primeiro dever de quem hospeda. Pretendendo ditar normas de conduta ao general Delgado, evidentemente faltaríamos com os deveres da hospitalidade, se não estivesse "O Globo" como está, exercendo precisamente o direito que pretende negar ao general Delgado: o direito de crítica, o direito de opinião.

Se o governo português queria que o general Delgado ficasse circunscrito às regras estritas do asilo político, teria um meio muito simples de conseguir esse objetivo: dar ao general Delgado o status de asilado. Neste caso, a "hospedagem" do general Delgado na embaixada do Brasil teria sido um asilo político regulado em convenções internacionais. E neste caso, ainda o general Delgado teria de submeter-se às regras do asilo, que incluem a abstenção de atividades políticas etc.

Ao contrário o governo português declarou que o general é livre, que saiu porque quis e veio porque bem entendeu.

Não lhe pode pois, impor normas de conduta senão aquelas que a si mesmo se imponha. E uma delas, que exige reciprocidade, é a de não fazer, no Brasil, propaganda contra a Oposição portuguesa...

Muito menos poderia o Brasil impor ao general o que Portugal não lhe importaria. E ainda menos poderia fazer-lo um órgão da opinião pública brasileira, que estaria a negar a outros o que não se nega a si mesmo, pois "O Globo", que quer calar o hospedeiro, sobre o hospedeiro não se cala.

Seria realmente o cúmulo dar o Brasil hospedagem a um líder político e, a pretexto de que ele é seu hospedeiro, privá-lo do direito pelo qual se expatriou, o direito pelo qual sofreu, o direito de ter opinião e de comunicá-la aos seus compatriotas e aos seus hospedeiros.

Triste hospedagem seria essa, se fosse condicionada ao silêncio e à violência sobre a consciência do hospedeiro.

A recomendação de "O Globo" ao

general Delgado é uma impertinência e uma demasia.

O general Delgado tem o direito de se manifestar, como qualquer pessoa neste país.

Nós não nos incluímos entre os admiradores fervorosos do general Delgado. Respeitamos a sua posição e desejamos que ele possa livrar-se de certas aproximações e de certas complicações. Mas, por isto mesmo, desejamo-lo livre para sentir os benefícios da liberdade. Livre para que possam todos livremente, julgar se ele tem ou não razão.

Ao hospedar o antigo candidato à presidência da República Portuguesa, o Brasil não o fez para cercar-lhe a liberdade e sim, ao contrário, para garanti-la. Este foi o princípio que o Brasil defendeu, no episódio; e não iria renegá-lo agora.

Este é o princípio do asilo e, ainda mais, o da hospitalidade. Era o que faltava, não tivesse um português, seja quem for, no Brasil, o direito que nem mesmo em sua terra lhe negaram completamente o direito de dizer o que pensa acerca do melhor modo de governar o seu país.

Neste caso, para que hospedar o general Delgado? Pois, afinal, se foi para comer peixe com pimenta, no Rio de Janeiro, restaria dizer que em Lisboa há peixe ainda melhor — é o melhor peixe do mundo — e a pimenta apenas muda de nome, pois lá se chama piri-piri; mas é a mesma malagueta cá de casa.

O dever do hospedeiro é fazer com que o hospedeiro se sinta em sua própria casa. E em sua casa está qualquer português no Brasil, seja ele general ou não, seja da oposição ou do governo. Não podemos negar a um português, por ser da oposição, o que não negamos a um português por ser do governo.

Se não fosse para poder dizer o que pensa, o general Delgado teria ficado em Portugal. E livre-se "O Globo" de ver o nosso hospedeiro, amanhã, dispensar uma hospitalidade racionalizada, uma hospitalidade tão pouco generosa, tão cheia de restrições, mentais ou não.

Temos sobre a posição política do general Delgado opiniões próprias, que não coincidem integralmente com a opinião que o general Delgado faz de si mesmo. Não defendemos um homem, sustentamos um princípio.

A amizade luso-brasileira não se defende silenciando um português que é nosso hospedeiro, como não se defendeu pela atitude leviana do governo brasileiro, que deixou se arrastar um assunto que foi resolvido em quatro dias, tão logo foi tratado com a devida seriedade.

Os que querem defender o Governo português dêem-se ao trabalho

(continua na pág. 7)

Intelectuais Portugueses sugerem a Salazar que abandone o poder

Entre os muitos manifestos e volantes clandestinos que circulam em Portugal conta-se o que a seguir transcrevemos e que foi enviado ao destinatário no dia 18 de Março:

"Exmo. Sr. Prof. Doutor António de Oliveira Salazar.

Os signatários, cidadãos portugueses maiores de 25 anos, exercendo a sua profissão na cidade de Lisboa, entendem necessário ao interesse nacional afirmar que a intransigência obcecada que vem orientando a política de V. Excia. impede a conciliação da Família Portuguesa.

Consequentemente, sugerem que por ocasião da última lição de V. Exa. na Cidade de Coimbra se verifique também o seu afastamento da vida política.

A. Areosa Feio — engenheiro, Adelino Tavares da Silva — jornalista, Agostinho de Sá Vieira — advogado, Alberto Ferreira — licenciado em letras e escritor, Alberto Ferreira — tipógrafo, Alexandre Cabral — escritor, Alvaro Salema — professor e jornalista, António Alçada Baptista — advogado, António de Almeida Dias — engenheiro, António Borge — professor, António Catita — engenheiro, António Correia de Paiva — comerciante, António Homem — advogado, António José Sarai — escritor, António Manuel Peres de Carvalho — engenheiro, António Moura — engenheiro, António Nunes Claro — comerciante, Antunes da Silva — escritor, Arlindo Vicente — advogado, Armando Martins — empregado comercial, Arnaldo Aboim — empregado de escritório, Augusta Suzá — professora, Augusto Abeláira — escritor, Augusto Avellino Júnior — comerciante, Augusto Costa Dias — professor, Baptista Bastos — jornalista, Belarmino Costa Pinto — advogado, Carlos Duarte — arquiteto, Carlos Palma de Melo — arquiteto, Carlos Veiga Pereira — jornalista, Celestino Castro — arquiteto, Conceição Ferreira — médica, Conceição e Silva — arquiteto, Constantino Fernandes — Pres. do Cons. Distr. da Ordem dos Advogados, Daniel Filipe — escritor, Domingos Carvalho — escritor e comerciante, Duarte Turras — advogado, Duarte Vidal — advogado, Eduardo Fernandes — advogado, Eduardo Goulart de Medeiros — arquiteto, Fernando Abranches Ferrão — advogado, Fernando Calisto — advogado, Fernando de Carvalho Araújo — advogado, Fernando Gameiro — agente técnico de engenharia, Fernando Mayer Garçon — advogado, Fernando Pulido Valente — engenheiro, Fernando dos Santos Pinto — advogado, Francisco Ferreira Alves — advogado, Francisco José Carvalho Afonso — industrial, Francisco Keil Amaral — arquiteto, Francisco Relógio — artista plástico, Francisco Zenha — advogado, Frederico Santana — arquiteto, Heliodoro Caldeira — advogado, Hernani Gandra — arquiteto, João Carneiro de Moura Pulido Valente — médico, João Castelbranco Mota — advogado, Joaquim Angelo Caldeira Rodrigues — engenheiro, Joaquim de Azevedo e Silva — advogado, José-Augusto França — escritor, José Fragoso — engenheiro, José Grácio Ribeiro — advogado, José Hipólito dos Santos — licenciado em ciências económicas, José Luis Romana Vargas — engenheiro, José Manuel Rosa e Rosa — engenheiro, José Paradelo de Oliveira — advogado, José Tengarrinha — jornalista, Júlio Pomar — artista plástico, L. Vieira Pinto — engenheiro, Lourdes Fonseca — professora, Luis António dos Santos Ferro — advogado, Luis de Azevedo — advogado, Luis Francisco Rebello — advogado, Manuel Canejo Vilela — empregado comercial, Manuel da Fonseca — escritor, Manuel João da Palma Carlos — advogado, Manuel de Sá — engenheiro agrônomo, Manuel Sena Rêgo — engenheiro, Manuel Sertório — advogado, Manuel Tainha — arquiteto, Maria Isabel d'Aboim Inglês — professora, Maria Laura Antunes — enfermeira, Maria Lucília Miranda Santos — advogada, Maria Manuela Brotas de Carvalho — engenheira, Mário Ferreira — advogado, Mário Henrique Leiria — pintor de arte, Mário Soares — licenciado em letras e advogado, Nikias Skapinakis — pintor de arte, Nuno Rodrigues dos Santos — advogado, Orlando Costa — es-

critor, Orlando Gonçalves — escritor, Pinto Gonçalves — advogado, Pires Martins — arquiteto, Raúl Ramalho — arquiteto, Rui Cabeçadas — advogado, Sargo Júnior — advogado, Sebastião Furtado — engenheiro, Urbano Tavares Rodrigues — escritor e assistente da Faculdade de Letras, Vasco Pereira da Conceição — escultor.

(Continuação da pg. 6)

Aquilino Ribeiro

sagem: "Tendo partido de Portugal há uma boa dezena de anos, formado segundo o espírito e a índole da terra-mater, respeitoso das pessoas dignas de respeito pelo seu nascimento, riqueza, estado, cumpridor dos deveres de católico, cbeiro probo, regressara repleto de vícios inerentes às terras novas, desprovidas de tradição, em que atuam toda a sorte de precipitados sociais. Nesses meios des-cristianizados ou imbuidos duma burundanga inacreditável de religião revelada, feitiçaria e pseudo-filosofia de Comte, bebera uma vaga doutrinação acreta que lhe permitia escarnecer dos Evangelhos e dos dogmas sacrossantos da Igreja (...)"

Mandando editar o seu romance na hora dramática que todos os portugueses estão vivendo, Aquilino Ribeiro, cuja obra foi já, em diversas oportunidades, expurgada pela inquisição do regime, se manteve, por um lado, a atitude de coerência que desde sempre orientou a sua tarefa de escritor, teve, por outro, a coragem de enfrentar os "lobos" na própria luta onde há trinta e dois anos se acotaram, para assaltar, ferir e matar os que descuidadamente passeiam nas belas estradas turísticas do país de Camões. Não é certo que a dignidade significa oposição à comodidade?

Ora, com este romance exco-mungado, Aquilino Ribeiro despertou as iras dos censores, mas permaneceu fiel a si mesmo, reafirmando a sua presença ao lado do povo anônimo que sofre, apontando-lhe o caminho, oferecendo-lhe as provas de uma justiça que ele não se atreve a reclamar por comodismo ou medo, mas provas que acabam por se tornar tão salientes que esse povo tem, finalmente, de abandonar tudo e todos, se quer voltar aos trilhos pelos quais se perde, tão frequentemente, — a Verdade.

Podem proibir "Quando os Lobos Uivam"; processar o seu autor e metê-lo na cadeia — quantos escritores portugueses passaram, nos últimos três decénios, pelas masmorras do fascismo? —; podem tentar desacreditá-lo entre o povo, vilipendiá-lo, torturá-lo, matá-lo — mas não há dúvida de que o gesto de Aquilino Ribeiro não ficará esquecido, nem perdida a sua obra, pois esta se coloca já a par dos que, escarnecidos pelos despetados do seu tempo, deram à Cultura Portuguesa um contributo que os séculos não desmereceram: Gil Vicente, Camões, António Vieira, Garret e Herculano ou Antero.

Fica este romance de Aquilino Ribeiro com um documento lúcido, desapaixonado, irrefutável, testemunho sincero dos dias contemporâneos de Portugal — os dias trágicos em que os lobos têm andado à solta, ferindo e matando. Sem apontar ninguém em especial, mas denunciando todos em geral, "Quando os lobos uivam" surge para dizer que as feras não ficarão impunes. Já se disse que escrever um livro deste quilate é revelar coragem. Mas é mostrar também que, acima de quaisquer vantagens terrenas, Aquilino Ribeiro (e quantos mais em Portugal?), não trai a sua missão de Escritor e defende, com o sangue, a sua dignidade de Homem de Letras.

(1) Livraria Bertrand, Lisboa, 1958.

(De "A Tribuna", de Santos).

"PORTUGAL DEMOCRÁTICO"

— um jornal português que não é submetido à censura do sr. Salazar.

Os Arquivos da Historia

Humberto Delgado responde ao Governo Salazar

(continuação)

Concluimos hoje a publicação do importante documento cujas perguntas e respostas serviram de base à farsa cujo desfecho foi a passagem do gen. Delgado à reforma.

5.º Quesito

Promoveu V. Exa. a circulação ou permitiu que circulasse, um opúsculo intitulado "Carta aberta do General Humberto Delgado ao novo Governo" e datado de 32-8-958, em que se transcreve uma carta dirigida por V. Exa. aos Exmos. Ministros?

Resposta

Respondo, "mutatis-mutandis", como no 4.º quesito. A carta aberta referida é de minha autoria.

6.º Quesito

Confirma V. Exa. a autoria duma reclamação, datada de 1-10-958 e dirigida a Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional contra uma determinação de Sua Excelência o Subsecretário de Estado da Aeronáutica?

Resposta

Sim.

7.º Quesito

Confirma V. Exa. ter enviado duas cartas a pessoas amigas residentes nos Estados Unidos da América comunicando-lhes que o Governo Português estava tentando exilá-lo e sugerindo que comunicassem o fato ao jornal americano "New York Times" o que de fato sucedeu como se verificou no número deste jornal de 4-10-958 e também no jornal canadiano "The Montreal Star", da mesma data?

Resposta

Sim.

8.º Quesito

São verdadeiras as declarações atribuídas a V. Exa. feitas a vários jornalistas e publicadas no número do "New York Times" de 6-10-958, em que se critica a atitude do Governo Português em face das manifestações populares do dia 5 de Outubro e onde aproveita a oportunidade para referir que o mesmo Governo está tentando exilá-lo?

Resposta

Sim.

9.º Quesito

Foi V. Exa. notificado diretamente pelo Exmo. Senhor General Chefe do Estado Maior, da Força Aérea dos despachos de Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional e Subsecretário de Estado da Aeronáutica, ambos de 7 de Outubro último, em que no primeiro lhe era feita uma última advertência sobre a gravidade das infrações cometidas por V. Exa. após o período eleitoral e no segundo lhe era determinado que se abstinisse de toda e qualquer atividade política que se não coadunasse com as disposições do Estatuto do Oficial do Exército e do Regulamento de Disciplina Militar?

Resposta

Sim.

10.º Quesito

Solicitou V. Exa. cópia dos despachos referidos no quesito anterior? E em caso afirmativo, recebeu-os?

Resposta

Sim.

11.º Quesito

Depois de V. Exa. ter sido notificado nos termos indicados no quesito, teria feito declarações ao correspondente do "New York Times", em Lisboa, referindo-se novamente a exílio e criticando a atitude do Governo a esse respeito?

Resposta

Sim.

12.º Quesito

É certo ter V. Exa. enviado, em 10-10-958, um telegrama a Sua Eminência o Cardeal Masella, intitulando-se Chefe do "Movimento Nacional Independente"?

Resposta

Sim.

13.º Quesito

Confirma V. Exa. ter enviado, em 10-10-958, a Sua Excelência o Ministro do Interior, uma carta que lhe foi dirigida pela mulher de um preso, carta que fez acompanhar de um cartão seu?

Resposta

Sim.

14.º Quesito

Confirma V. Exa. ter dirigido, em 20-10-958, uma confidencial com o número 109, aos Srs. Vieira de Almeida, Artur Andrade, Moreira d'Assunção, Cunha Leal, António Sérgio e Arlindo Vicente, estabelecendo um campo de ação no campo político?

Resposta

Sim. Saliento de novo que esta confidencial está em foto-cópia no processo. Como nenhum dos destinatários seria capaz de fornecer à PIDE, deixa-se a conclusão a respeito deste trágico sintoma, aos generais e outras entidades que apreciem este processo.

15.º Quesito

Confirma V. Exa. as informações enviadas em telegrama datado de 24-10-958 pelo correspondente em Lisboa do jornal americano "New York Times", onde se dizia que tinha V. Exa. sobre uma mesa de sua casa uma pistola alemã "Lugger" carregada com 10 balas que destinava a quem tentasse prendê-lo, chegando a profetizar: "Eles querem guerra, te-la-ão"?

Resposta

Há normalmente sobre uma mesa, à entrada da porta, uma pistola carregada com dez balas. Para o seu uso se podem prever diversas finalidades, entre elas contra vexame ou violência a que, ilegítimamente, a PIDE me sujeita. Não posso precisar exatamente os termos do que disse ao correspondente do "New York Times", mas os termos usados cabem sensivelmente dentro da idéia que expuz e da qual tomo a responsabilidade.

16.º Quesito

Confirma V. Exa. a autoria da carta, dirigida ao Dr. Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal "O Estado de S. Paulo" e publicada no número do mesmo jornal de 26-10-958?

Resposta

Sim.

17.º Quesito

Confirma V. Exa. ter assinado uma carta, conjuntamente com mais quatro indivíduos, dirigida a Sua Excelência o Ministro do Interior e datada de 28-10-958, onde se solicitaram facilidades necessárias à recepção do Senhor Aneurin Bevan, a quem teriam convidado para realizar conferências em Portugal?

Resposta

Sim.

18.º Quesito

Confirma V. Exa. ter assinado uma carta circular, sem data, dirigida aos seus correligionários, pedindo uma contribuição destinada a custear as despesas com a estadia do Senhor Aneurin Bevan em Portugal?

Resposta

Sim.

19.º Quesito

Confirma V. Exa. ter enviado a Sua Santidade o Papa João XXII, um telegrama, intitulando-se Chefe do "Movimento Nacional Independente" e, onde, felicitando o Sumo Pontífice pela sua ascensão ao trono de S. Pedro, fazia também referências ao atual regime político em Portugal?

Resposta

Sim.

20.º Quesito

Confirma V. Exa. ser signatário, conjuntamente com mais quatro indivíduos, de um esclarecimento datado de 11-11-958, relativo à visita do Senhor Aneurin Bevan a Portugal, discutindo e criticando a atitude do Governo a propósito da nota oficiosa que publicou sobre o assunto?

Resposta

Sim.

21.º Quesito

Confirma V. Exa. ter concedido uma entrevista ao jornal "Daily Mail" publicada no seu número de 12 do corrente, na qual faz afirmações, como seja "we shall even use guns to get what you want"?

Resposta

A entrevista não foi escrita e, portanto, difícil é confirmar a perfeita exatidão da expressão que o Senhor oficial averiguante põe entre comas. No entanto, o jornalista dá sensível idéia do meu pensamento, que felizmente é também o de tantos camaradas, e foi até há pouco, quando o País ainda não entrara em tão vergonhosa miséria moral, o de alguns outros, hoje içados a altos postos, bem pagos. Desde que quem usa o título de Presidente da República, se valeu de uma escandalosa fraude eleitoral para ocupar aquele posto, como em devido tempo lhe disse e por escrito, quer este indivíduo quer o Governo que ele nomeou, figuram para muitos portugueses como um odioso poder usurpador que só se mantém pelo jogo das forças tradicionais em regimes de tipo nazi; a falta de caráter, a venalidade dos homens, a denúncia, a "Gestapo", o terror em massa, a inércia das Forças Armadas, vigiadas pela polícia, com os resultados que se viram sobre a Alemanha.

22.º Quesito

Confirma V. Exa. a autoria da carta dirigida a Sua Excelência o Ministro da Presidência datada de 23 do corrente, protestando e invetivando o Governo pelas prisões que por sua ordem se têm realizado e contendo a frase "Não se entende que prazer haverá na insistência em tender-se para governar-se apenas sobre campos de concentração e cemitérios"?

Resposta

Sim. Lamentável, porém, que se não peçam provas da tendência para se governar apenas sobre campos de concentração e cemitérios. Não interessará isto a uma Força Armada, paga pela Nação, não para ajudar a torturá-la moral e fisicamente, mas antes para lhe garantir a vida dos povos civilizados?

OS DEVERES...

de fazê-lo publicamente, lealmente e claramente, o que é compreensível. Nunca pelo recurso ao constrangimento que se queira impor ao general Delgado.

Para nós, Portugal não se confunde nem com o seu governo nem com a sua oposição. Respeitamos a ambos, mas colocamos acima de cada uma dessas forças, isoladamente uma amizade permanente que nos obriga a respeitar a ambos e não, unicamente, a um lado ou ao outro. É isto que o Sr. Salazar não compreende, porque lhe falta, entre seus grandes méritos o sentido da liberdade. É isto que também o general Delgado talvez não compreenda. Mas, sintá-se o general à vontade para dizer o que pensa, pois está em casa sua e ninguém poderá privá-lo desse direito.

Por esse direito lutamos e sofremos. Não oprimos mão dele para "O Globo". Não nos parece correto que "O Globo" queira privar de tal direito quem, sua maneira, por ele lutou e sofreu.

As restrições feitas a um expatriado, ao seu direito de falar de escrever, de opinar, de lutar pelo que lhe parece o bem de sua Pátria, são mais que uma injustiça, são uma crueldade que, estão certo, "O Globo" não quereria ver praticada no Brasil; muito menos, em nome da hospitalidade...

A reforma da Constituição e a atitude das Forças Armadas

Ao dizer em 16 do corrente a um Amigo, que chegara a hora de todos os portugueses livres, contribuírem com a sua parcela de esforço na luta contra a mal disfarçada ditadura do Sr. Salazar, que há 32 anos tomou o governo de Portugal, mas de cara destapada como manifestação irrefutável da LIBERDADE que defendemos, longe de mim estava a idéia de que em menos de 8 dias teria a notícia de novo golpe desferido contra as minguaças e ultra racionadas liberdades concedidas ao povo, golpe que bem revela a personalidade do seu autor, o seu estóico moral e os princípios em que se alicerça todo o seu ideal político.

Refiro-me, evidentemente, à projetada reforma da Constituição, pela qual o povo não mais terá o direito de eleger o primeiro magistrado da Nação — o Presidente da República — direito este que é transferido pelo Sr. Salazar para os seus mais direitos e humildes vassallos, mais conhecidos pela designação de Deputados e Membros da Câmara Corporativa.

Quando estudante ouvi várias preleções sobre a instituição do voto, da obrigação de votar e da nobre ação cívica que representava o cumprimento dessa obrigação. Não se deveria considerar verdadeiro cidadão todo aquele que se recusasse a exercer o seu direito de voto, quando chamado a fazê-lo. Ademais, esse direito fora conquistado pelo povo em dezenas e dezenas de anos de lutas, pois nem mesmo o regime liberal foi bastante, só por si, para outorgar ao povo o direito do exercício do voto.

É este um direito histórico de que jamais o povo foi privado, sem maior ou menor derramamento de sangue e nunca aqueles que o fizeram conseguiram chegar ao fim da vida, sem ao povo prestar contas desse ato atentatório da sua soberania. Não é preciso recuar muito no tempo, para encontrar na história de nossos dias, a confirmação destas palavras.

Depois de aprovada a nova Constituição, só falta um único passo para se completar a obra política do Sr. Salazar: a restauração da monarquia em Portugal! Mas, de uma monarquia absoluta, no puro estilo do Miguelismo, pois uma monarquia liberal é contra os mais elementares conceitos políticos do Sr. Salazar, bebidos desde os bancos das escolas dos jesuítas, onde fez os seus estudos pré-universitários até aos ensinamentos bebidos na fonte do Sr. Maritain, na qual soe toda a inspiração da sua obra. E para este golpe final, cuja iniciação teve lugar há 32 anos, quando chamado para fazer parte do governo, tem presentemente nas mãos todos os elementos de que precisa. Aguarda somente o momento psicológico para desferir o golpe, o que tanto poderá acontecer durante uma procissão de N. S. de Fátima, como fazer parte do programa das festas Henriquinas, que se celebrarão no próximo ano.

Tem um Parlamento, ou Câmara de deputados, ou coisa parecida, constituída, por salvo erro, 118 monárquicos e 2 republicanos possivelmente de convicções duvidosas; tem uma Câmara Corporativa de agregado semelhante; tem albergados no país os descendentes diretos de D. Miguel, os Srs. Duarte Nuno e seus filhos, — o que se fez após a revogação da lei de banimento, teatral projeto da autoria de Jorge Botelho Moniz, conhecido radicalista, deputado e oficial do exército sempre propenso à causa do absolutismo contra as liberdades do povo, do que tem dado exuberantes provas e públicas demonstrações, desde a revolução para a ditadura Sidónio Paes até à sua tristíssima atuação durante a guerra civil em Espanha, colocando-se ostensiva e provocadoramente ao lado dos revoltados contra o governo legal do país vizinho. Pois apesar da abolição dos títulos de nobreza em Portugal, creio que por lei votada pelo Parlamento da República Portuguesa, após a sua implantação em 5 de Outubro de 1910, tem o primogénito do Sr. Duarte Nuno o título de Príncipe da Beira (ou das Beiras, é indiferente) que pertenciam, no tempo da monarquia, ao herdeiro do trono!

Tem ainda o Sr. Salazar o incondicional apoio da "Causa Monárquica", único partido político que além da União Nacional é consentido em Portugal, e do caudilho espanhol, o generalíssimo Franco, interessado também na restauração monárquica no seu país! E daqui até à União Ibérica, não deverá ir uma grande distância, especialmente se tivermos em conta que os herdeiros

presuntivos dos 2 tronos — o da Espanha e o de Portugal estão sendo educados pelas mesmas escolas em que aprendeu o Sr. Salazar e que não faltam em nosso país, infeliz e desgraçadamente, os Migueis de Vasconcelos!

Tudo está "absolutamente certo" porém, ha uma coisa que foge por completo à apreciação da situação, qual seja a atitude das FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS.

Será possível que o Exército Português, nas pessoas de seus altos comandos, viva na ignorância do que está claramente patente a todo o português de cultura média?

Será possível que a marinha de Portugal, composta por bravos filhos do povo, sempre dispostos a dar seu sangue na defesa dos direitos dos seus irmãos, tenha esquecido o grande almirante Candido dos Reis, o inolvidável precursor da República que envergava a farda da marinha de Guerra e que soube dar, com a sua trágica morte, o exemplo da nobreza, da retidão, da honra da palavra de um marinheiro português?

Será possível que essas forças armadas pagas pelo povo, com o trabalho e o esforço do povo, para que o defenda dos inimigos externos e internos, o deixe submetido a triste condição de rebanho de carneiros indefesos e que assista, sem protestos, à degradação desse mesmo povo por um pequeno bando de abutres conduzido, não se sabe, por que interesses ocultos?

Será necessária a repetição das sangrentas tragédias de 1908 no Terreiro do Paço e de 1919 na estação do Rocio, para que as forças armadas acordem da sua letargia e se convençam de que o povo chegou ao limite da sua paciente docilidade em aguentar desaforos?

Não; não é possível que a degradação de sentimentos, que a corrupção e o servilismo material, tenham de tal forma atingido a MORAL das forças armadas que cada soldado, cada oficial, cada comandante não sintam em suas consciências que estão traindo o povo e, acima deste, a própria PÁTRIA!

H. N.

Paulo Cunha defende o imperialismo

O Sr. Paulo Cunha é um dos poucos colaboradores do Sr. Salazar a quem não se pode negar inteligência e cultura. Por isso mesmo é um dos mais responsáveis. Não se compreende, por exemplo, como S. Excia. se presta a papéis tão eminentemente ridículos como aquele que foi desempenhar à Venezuela, onde a recepção da colonia lusa foi de tal ordem que teve de se retirar à pressa depois de ver recusadas as condecorações que a oferecer e boicotada a conferência de exaltação fascista que levava no bolso. A lição não parece, porém, ter sido compreendida, pelo antigo ministro dos Estrangeiros. Chega-nos, agora, de Lisboa uma notícia que prova que o Sr. Paulo Cunha persiste na defesa intransigente das absurdas teses do seu chefe. Em conferência pronunciada na Faculdade de Direito, em comemoração do 10.º aniversário da NATO, fez o Sr. Cunha o elogio aberto do colonialismo numa repetição enfadonha dos argumentos do Sr. Salazar. Chega a parecer impossível que, numa era em que o homem se prepara para devassar os espaços siderais, haja ainda em Portugal alguém capaz de afirmar com a maior das naturalidades que "a África em sua estrutura atual é essencial à sobrevivência da Europa". Por a questão das relações entre dois continentes em termos de posse de um sobre o outro equivale a provar ao mundo civilizado que o pensamento do Estado Corporativo continua a ser puramente medieval. Que diria o Sr. Cunha se, num amanhã mais ou menos próximo um ministro de Ghana ou da Nigéria declarasse que a redução de Portugal ou da Espanha à situação de países escravos era condição indispensável da prosperidade daquelas nações africanas?

General HUMBERTO DELGADO

Rua Filipe Augusto, 20, Curitiba,
 Avenida da Liberdade,
 Belo Horizonte, Minas Gerais

Rio de Janeiro 22 de Abril
1959

As Povo Português

Falo-vos do Brasil, a pátria irmã
e livre que, generosa, galharda, no-
brenmente me acolheu.

Falo-vos ainda sob a emoção de
estranha recepção, a chegada, o que a
censura aos jornais portugueses certamente
não deixou publicar.

Aqui, como aí, os Portugueses anseiam
pela libertação do jugo de um homem, que,
desconhecendo o calor da afetividade,
julga que esta se compra pela corrupção
ou se impõe pela força bruta de polícia
e das armas.

A hora, a nossa hora, bem se sente
estar próxima.

Tenhamos todos FÉ, RESISTENCIA, ACÇÃO.

Mensagem de Humberto Delgado ao Povo Português

Por intermédio de Portugal Democrático, o general Humberto Delgado, presidente-eleito de Portugal, dirige ao povo português a seguinte mensagem:

"Falo-vos do Brasil, a pátria irmã e livre que, generosa, galharda, nobremente me acolheu. Falo-vos ainda sob a emoção da vibrante recepção à chegada, o que a censura aos jornais portugueses certamente não deixou publicar."

Aqui, como aí, os Portugueses anseiam pela libertação do jugo de um homem, que, desconhecendo o calor da afetividade, julga que esta se compra pela corrupção ou se impõe pela força bruta da polícia e das armas.

A hora, a nossa hora, bem se sente estar próxima.
Tenhamos todos FÉ, RESISTENCIA, ACÇÃO.

O General Delgado em São Paulo

Portugueses e brasileiros trabalham activamente na preparação das manifestações marcadas para a visita a São Paulo do líder dos portugueses.

O programa está a ser elaborado, mas podemos anunciar já aos nossos leitores paulistas que incluirá, nomeadamente, uma conferência pública, sugerida pelo Centro Académico "XI de Agosto", e um banquete, realizando-se este em 15 de maio — dia em que o sr. general Humberto Delgado festeja o seu 53.º aniversário.

A todos os portugueses de São Paulo recomendamos a leitura dos jornais que inserem habitualmente e noticiário das actividades da Oposição anti-salazarista, a fim de tomarem conhecimento do programa definitivo da visita à Capital dos Bandeirantes do

"Homem sem medo". Solicitamos-lhe, ao mesmo tempo, toda a colaboração possível, quer material, quer espiritual.

Os artigos assinados que publicamos em nossas colunas refletem apenas a opinião pessoal dos seus autores. Apenas os comentários e notas não assinadas traduzem a opinião da "Comissão de Redacção" de "PORTUGAL DEMOCRATICO".

Erico Verissimo contra Salazar:

Detesto qualquer regime que roube ao povo a sua liberdade e a sua dignidade

Devem recordar-se os nossos leitores da recepção entusiástica que o povo português consagrou ao grande escritor brasileiro Erico Verissimo. Pois um deputado fascista declarou posteriormente que a oposição democrática portuguesa envolvera Verissimo em manifestações que lhe desagradaram. Em carta divulgada pelo jornal "Última Hora", o autor de "Saga" explica aos escritores do Brasil o que pensa de Salazar e do fascismo:

"Barcelona, 27 de março de 1959.

Companheiros: Tendo lido nos jornais do Brasil as mais desencontradas notícias sobre minha recente visita a Portugal, apresso-me a estabelecer a verdade.

Segundo um telegrama da UPI, datado de 12 do corrente, um deputado português "denun-

ciou ontem que membros da oposição utilizaram a visita do escritor brasileiro Erico Verissimo para tirar vantagens políticas".

A verdade é bem outra. Mas comecemos pelo princípio.

Minha visita a Portugal não teve nem podia ter caráter oficial pela simples razão de que não costumo aceitar favores de governos totalitários. A notícia divulgada, por uma agência internacional de que eu visitava aquele país a convite de seu Secretariado de Informação e Turismo é absolutamente falsa. Viajei e continuo viajando por conta própria, e em Portugal fui hospede de meu amigo e editor Antonio de Sousa Pinto, que é apolítico.

É natural que durante minha estada em Lisboa e no Porto, bem como em outras cidades portuguesas, eu tivesse preferido a companhia dos escritores da oposição, pois com eles está o meu espírito e o meu coração. Quanto a essa brava gente ela viu em mim principalmente o cidadão dum país em que existe liberdade de expressão, o representante duma democracia, defeituosa, é verdade, mas democracia. Nada mais fiz que abrir uma fresta de janela por onde entrou uma golfada de ar puro e livre que por um rápido momento aliviou um ambiente abafado e opressivo.

Nas minhas conferencias em Coimbra, no Porto, em Setúbal, Évora e Vila Viçosa deixei bem claro que sou contra todas as ditaduras e que detesto qualquer regime que roube ao povo a sua liberdade e a sua dignidade.

Por ocasião de meu último colloquio em Lisboa, no anfiteatro da Faculdade de Medicina de sua Universidade, quando um jovem me perguntou qual era, na minha opinião, a causa da crise em que se debatia a literatura portuguesa, respondi sem

hesitar: "A censura". E acrescentei: "Seria desonestidade ou covardia não falar claro numa hora como esta".

No discurso com que agradei à Sociedade Portuguesa de Escritores pelo jantar que me ofereceu, deixei ainda mais claro e com mais veemência, o meu pensamento de liberal. Ataquee a censura, a violência policial e o totalitarismo. Precisava ser ainda mais claro? Devia este neto de tropeiros dar nomes aos bois?

Quem procurou explorar minha visita foram os governistas. O Secretariado de Informação insistiu para que eu "aceitasse uma homenagem". Esquivei-me até o último momento. O Círculo Eça de Queirós convidou-me para um jantar. Como podia eu recusar o convite dum gremio que tem como patrono um escritor liberal que tanto admiro? E agora o mesmo deputado que acusa a oposição de me haver explorado para fins políticos confessa que esse círculo é composto de salazaristas! O que eu disse no meu discurso dessa noite foi, entre outras coisas, que eles podiam ficar descansados, pois eu iria contar aos meus amigos brasileiros honestamente, exatamente o que vi e senti em Portugal. Os salazaristas andam também assanhados contra nosso embaixador, o escritor Alvaro Lins, por ter este concedido asilo na Embaixada do Brasil ao gen. Humberto Delgado. Tudo fazem para difamar e desacreditar aquele diplomata, cuja conduta tem sido exemplar na sua corajosa coerência. Esqueceram-se os governistas portugueses que em 1938 refugiaram-se na Embaixada de Portugal no Brasil dois membros do grupo que assaltou o Palácio de Guanabara, atentando contra a vida do então presidente Getulio Vargas e a de membros de sua família. O Brasil no entanto respeitou o direito de asilo e permitiu que os dois refugiados saíssem do País sem nenhuma complicação. O povo português, porém, sabe com quem está a razão e onde quer que encontre o embaixador Alvaro Lins, aplaude-o entusiasticamente.

Lamento ter de dizer todas estas coisas. Fui recebido com grandes demonstrações de carinho e amizade pelo povo de Portugal. Não quero crer, entretanto, que esses queridos amigos realmente pensem que a continuação do salazarismo seja condição essencial à felicidade de Portugal.

Numa hora como esta em que estão em logo princípios que reputo vitais para o homem e os seus direitos e liberdades, o silêncio ou a reticência seria um crime.

Escrevo estas linhas de Barcelona. Antes que comece outra campanha de notícias falsas, direi que ainda viajo por conta própria, e até este momento o único contato, que tive com elementos do franquismo foi através do funcionário que na fronteira com Portugal carimbou meu passaporte...

Tarrafal

O osso descarnado
a água escassa
e estes ferros
nos pés
e estes ferros

Este rio de suor
a dor inteira
e esta noite
de granito
e esta noite

Este chicote
rasgando-nos a boca
mas nunca o grito
até quando
companheiro
companheiro

Carlos Maria de Araujo



Ao lado do diretor do "Diário de Notícias", dr. João Ribeiro Dantas, o general Delgado dirige a primeira saudação do Brasil.